

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais
Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Ministério da Agricultura participa de feira na Turquia – Site do MAPA. 03/09/2012	4
Mercosul ainda discute como conciliar Paraguai e Venezuela. Sergio Leo – Valor Econômico. 06/09/2012.....	4
Plano de mudanças da Conab prevê liberdade para negociar estoque. Tarso Veloso – Valor Econômico. 10/09/2012	5
Suíça quer subsidiar até paisagismo. Assis Moreira – Valor Econômico. 11/09/2012	7
Conab representa Brasil em Londres e discute crise de alimentos – Site da CONAB. 12/09/2012.	8
Convenção da OIT adotada pelo Brasil estabelece respeito à diversidade étnico-cultural e é pouco divulgada. Sophia Gebrim – Site do MMA. 14/09/2012	9
Exportação de açúcar da UE supera o limite autorizado pela OMC. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/09/2012	10
Protecionismo não tem valia sem política industrial sustentável. Fernando Zilveti – Folha de São Paulo. 16/09/2012.....	12
Brasil ultrapassa EUA na exportação de soja. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 18/09/2012	12
Dilma multilateral. Matias Spektor – Folha de São Paulo. 19/09/2012	14
Sem acordos, Mercosul vai perder espaço, diz Patriota – Valor Econômico. 19/09/2012	16
Brasil e Estados Unidos trocam acusações de protecionismo. Sergio Leo e Alex Ribeiro – Valor Econômico. 21/09/2012.....	16
BASIC reúne-se em Brasília e defende vigência do Protocolo de Kyoto até 2020. Lucas Tolentino – Site do MMA. 21/09/2012	18
Brasil e EUA sobem o tom de reclamações contra protecionismo. Luciana Coelho – Folha de São Paulo. 21/09/2012.....	19
Por recursos naturais, China afirma ser país 'quase ártico' – Folha de São Paulo. 22/09/2012 .	20
Patriota diz que reclamação dos EUA é 'inaceitável e injustificável' – Folha de São Paulo. 22/09/2012.....	21
O imperativo do protecionismo em defesa do interesse nacional. J. Carlos de Assis – Carta Maior. 23/09/2012	22
Dilma chega aos EUA para discurso na ONU amanhã. Raul Juste Lores – Folha de São Paulo. 24/09/2012.....	23
Mercosul debate superação da extrema pobreza – Site do MDS. 24/09/2012	24

Protecionismo ou legítima defesa? Bresser Pereira – Folha de São Paulo. 24/09/2012	24
Entre protecionismo e proteção, os acordos. Sergio Leo – Valor Econômico. 24/09/2012	26
Mais Alimentos Internacional entrega lista de preços a Cuba. Site do MDA. 24/09/2012.....	27
Histórias de sucesso em de Brasil, Colômbia, Chile, México e Nicarágua são tema de seminário. Sophia Gebrim – Site do MMA. 25/09/2012	28
Conabio faz reunião extraordinária para definir atuação do Brasil em eventos sobre clima e biossegurança. Luciene de Assis – Site do MMA. 25/09/2012	29
Brasil e UE farão reunião técnica em outubro. Alex Ribeiro – Valor Econômico. 25/09/2012	30
Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentíssimas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 definirá ações que substituirão as Metas do Milênio. Lucas Tolentino – Site do MMA. 26/09/2012	30
Na ONU, Dilma defende medidas "legítimas" de defesa comercial. Alex Ribeiro – Valor Econômico. 26/09/2012	31
A reação entreguista interna ao pronunciamento de Dilma na ONU. J. Carlos de Assis – Carta Maior. 26/09/2012	33
Reunião discutirá caminhos de diálogo sobre as novas tecnologias em mitigação e adaptação da agricultura às mudanças climáticas. Sophia Gebrim – Site do MMA. 26/09/2012.....	35
Presidente brasileira critica possível intervenção militar no Oriente Médio. Leôncio Nossa – O Estado de São Paulo. 26/9/2012	36
Dilma critica os EUA e nega acusações de protecionismo. Raul Juste Lores – Folha de São Paulo. 26/09/2012	38
Na ONU, Dilma critica políticas dos países ricos e 'todas as formas de manipulação do comércio' - O Estado de São Paulo. 26/9/2012	39
Protecionismo do Brasil trará custos no longo prazo. Rodrigo Russo – Folha de São Paulo. 27/09/2012	40
Dilma cobra pacto anticrise. Fernanda Godoy e Flávia Barbosa – O Globo. 27/09/2012.....	43
Brasil é um dos maiores apoiadores da agricultura familiar na América Latina e Caribe. Site do MDA. 28/09/2012	44
Acordos bilaterais dão partida à interligação na América do Sul. Angela Ferreira – Valor Econômico. 28/09/2012.....	45
Ucrânia surpreende OMC e quer barrar 350 produtos. Assis Moreira – Valor Econômico. 28/09/2012.....	46

Ministério da Agricultura participa de feira na Turquia – Site do MAPA. 03/09/2012

Evento é oportunidade para promover produtos do agronegócio brasileiro

Entre os dias 6 e 9 de setembro, os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – representado pela Secretaria de Relações Internacionais – e das Relações Exteriores (MRE) participam da 20ª Feira GIDA 2012 – Worldfood, que acontece em Istambul, na Turquia. O pavilhão brasileiro terá 90m² e oferecerá estandes individuais para as empresas e organizações participantes, além de catálogo institucional e apoio de recepcionistas bilíngues sem custos para os expositores selecionados.

O evento é a maior e uma das mais bem sucedidas feiras de alimentos da Turquia e região. Em 2011, a feira contou com 310 expositores e aproximadamente 16 mil visitantes entre atacadistas e representantes de negócios de supermercados, hotéis, *resorts*, empresas de *catering*, importadoras e distribuidores locais.

A Turquia é uma importante plataforma de ligação comercial entre o Mediterrâneo, o Oriente Médio e o Leste Europeu. O país tem a 17ª população mundial (aproximadamente 77 milhões de habitantes) e registrou aumento na importação de alimentos de cerca de 20% em 2011. Nesse ano, houve aumento na demanda por alimentos especiais como bebidas energéticas, alimentos saudáveis e refeições prontas (em função da crescente participação de mulheres no mercado de trabalho). Existem poucos fornecedores desses produtos naquela região, o que representa uma grande oportunidade de negócios para empresas brasileiras.

Saiba mais visitando o site oficial do evento: www.ite-gida.com

Mercosul ainda discute como conciliar Paraguai e Venezuela. Sergio Leo – Valor Econômico. 06/09/2012

Antonio Patriota: "Não existe mais tolerância ou aceitação de aventuras antidemocráticas na América do Sul"

(título corrigido em 6/09)O governo brasileiro, segundo reconheceu ontem o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, ainda não sabe como resolver um problema jurídico criado em junho com a suspensão do Paraguai no Mercosul e a incorporação da Venezuela - país cujo ingresso foi rejeitado em agosto pelo Senado paraguaio. Embora a decisão do Senado no Paraguai tenha efeito simbólico, porque o país está suspenso das atividades políticas do bloco, o veto à Venezuela criará um dilema, quando, como se espera, os paraguaios forem readmitidos no Mercosul, após realizarem suas eleições presidenciais, em abril de 2013.

"O assunto está sendo examinado em conjunto pelos membros do Mercosul e da Unasul (União das Nações da América do Sul)", disse Patriota, à saída da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, onde ouviu críticas de deputados da

oposição às mudanças no bloco econômico. O ministro explicou que, com a decisão inédita da suspensão do Paraguai, foi criado um grupo de alto nível com representantes dos três governos restantes para avaliar e monitorar a situação interna do país.

O grupo espera encontrar meios para a "normalização no mais breve prazo" da situação paraguaia, comentou Patriota, que admitiu não ter, ainda, como dizer como absorver a recusa do Senado paraguaio à entrada da Venezuela.

Patriota disse que o Paraguai é um vizinho de "primeira importância" para o Brasil e que está no centro da política externa brasileira restabelecer as relações políticas com o país. O governo brasileiro teve o cuidado de evitar danos à população paraguaia, mantendo os laços econômicos e de financiamento com o vizinho, comentou.

O ministro ouviu críticas duras ao governo por não se manifestar contra as violações de direitos humanos na Venezuela, como fez em relação à ruptura da ordem democrática no Paraguai. Patriota rejeitou a comparação dos dois casos, lembrando que o Brasil buscou adotar uma saída multilateral no caso paraguaio.

No Paraguai houve manifestação unânime de todos os governos da América do Sul, "inclusive de países com acordo de livre comércio com os Estados Unidos" contra o processo de impeachment do presidente Fernando Lugo em "rito sumarríssimo". Na Venezuela não houve manifestação semelhante de nenhum país vizinho, e os venezuelanos têm participado ativamente dos esforços de negociação para desmobilizar a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), lembrou.

"Não existe mais tolerância ou aceitação de aventuras antidemocráticas na região, a democracia é o pressuposto do aprofundamento da integração", disse o ministro, para quem a imprensa venezuelana, com forte presença da oposição, tem "plena liberdade". "Todos os países (da América do Sul) tiraram seus embaixadores de Assunção, um gesto muito importante, de rechaço, repúdio", comentou. "Isso aí não ocorre em relação a outros países da região, temos de ter a medida da importância da unanimidade."

Patriota defendeu a entrada da Venezuela no Mercosul por trazer uma grande potência energética ao bloco, além de outras consequências econômicas e comerciais e argumentou que a inclusão do país caribenho serve, ainda, para mostrar que o bloco não beneficia apenas os Estados brasileiros da região sul. Durante a audiência na comissão, o ministro foi elogiado até por deputados da oposição que criticaram duramente a política externa pela reação ao golpe paraguaio e pelo relacionamento cordial com países como Venezuela e Equador. Ele anunciou que o Brasil, na presidência temporária do Mercosul, neste semestre, pretende fazer uma reunião com empresários dos países do Mercosul, para colher propostas capazes de facilitar a integração e o aumento do comércio no bloco.

Plano de mudanças da Conab prevê liberdade para negociar estoque. Tarso Veloso – Valor Econômico. 10/09/2012

"A Conab não vai priorizar as vendas externas e deixar o país desabastecido", garante o presidente Rubens Rodrigues

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) prepara uma profunda transformação em sua estrutura. Responsável por administrar os estoques públicos de grãos, a estatal vai criar um braço de ação estratégica, que deve receber o nome de ConabPAR. O projeto de lei com a mudança deve ser encaminhando ao Congresso após as eleições municipais.

O objetivo da medida é tornar mais "ágil" a tomada de decisões da estatal e inaugurar uma nova categoria de negócios, como a venda dos estoques de grãos para empresas privadas no exterior, comercialização proibida hoje. Segundo o presidente da companhia, Rubens Rodrigues dos Santos, atualmente a Conab está "engessada" e só pode vender sua produção internamente ou diretamente para outros países, sem a intermediação de empresas internacionais particulares. "O governo vai adotar regras de mercado para negociar com essas empresas", diz.

Segundo Rodrigues, a Conab é procurada por outros países que querem comprar alimentos do Brasil. Porém, muitas vezes a negociação emperra quando esses países não possuem órgãos oficiais semelhantes à companhia nacional para fechar a compra. A legislação brasileira proíbe a negociação se não for dessa forma. "Às vezes, temos produtos disponíveis em estoque. Porém, eles não podem ser vendidos se tiverem que passar pela intermediação de uma empresa privada indicada pelo país comprador", explica Rodrigues.

O presidente da Conab ilustra a situação com um recente caso. O Suriname procurou a estatal há quase dois meses para comprar 17 produtos. O país recorreu à intermediação de empresários (permitido por lá) para facilitar a negociação, mas se esbarrou na proibição brasileira. "O Suriname teria que criar uma agência governamental para concluir o acordo", informa Rodrigues.

A relação com outros países só é "facilitada" quando tem o caráter de doação humanitária. De julho de 2011 a junho de 2012 foram doados 145 mil toneladas de arroz, feijão e milho para 19 países, como Bangladesh, El Salvador, Equador, Guatemala, Madagascar, República do Congo e Coreia do Norte. "Países que passam por insegurança alimentar enviam um pedido para receber alimentos ao Itamaraty. Aí a Conab faz as doações", explica o presidente da estatal. Entre 2004 e 2010, as doações somaram 223 mil toneladas.

O "braço operacional" será criado por meio da nova empresa, que se associará a outras. Nesse processo, a ConabPAR deverá ter uma parte do capital, máximo de 49%, em um empreendimento. "A ConabPAR se associaria pela forma de participações a outras empresas para conseguir escoar e vender os estoques públicos. Serão analisadas quais empresas se encaixariam na necessidade da Conab e o acordo seria negociado", explicou.

A estrutura planejada será " enxuta " e usará os funcionários já existentes em caráter "empresarial". "Vamos dar outro direcionamento legal para a Conab, a exemplo da CaixaPAR, que dá celeridade à empresa mãe", diz Rodrigues. A CaixaPAR foi criada em 2009 para fazer a aquisição de participações societárias em bancos sediados no Brasil.

Segundo Rodrigues, a função principal da Conab, de política agrícola, não ficará prejudicada. "Nós separaríamos o que é política agrícola e o que é venda de excessos", garante. "É importante deixar claro que em nenhum momento a Conab poderá priorizar a venda externa e deixar o país desabastecido. Estará escrito nas diretrizes da empresa que só poderá ser negociado o que estiver em excesso", reforça.

O preço de venda das commodities não está decidido, mas provavelmente será menor do que o valor praticado por grandes tradings. "Esse é um diferencial que a estatal poderia praticar [preços menores]. Sempre que comparamos as cotações dentro do Brasil com as de outros, chegamos à conclusão que vendemos mais barato. Isso vai estimular os futuros compradores", acredita Rodrigues.

Suíça quer subsidiar até paisagismo. Assis Moreira – Valor Econômico. 11/09/2012

A nova política agrícola da Suíça planeja pagar aos agricultores para plantarem os gerânios que vão decorar as janelas das fazendas ou para instalarem bancos nos caminhos trilhados por pedestres.

A Suíça é campeã mundial de subsídios agrícolas por habitante, junto com a Noruega. Foram mais de US\$ 6 bilhões em 2011. A ajuda governamental representa 54% da receita dos agricultores helvéticos, comparado a 18% na União Europeia (UE) ou 1% na Nova Zelândia. O protecionismo suíço faz com que seus preços agrícolas sejam 60% superiores às cotações mundiais, em média.

O interesse pela evolução da política agrícola suíça é uma forma de ilustrar como países desenvolvidos querem transferir parte das bilionárias subvenções à produção em favor de serviços como proteção da paisagem, afim de se adaptarem às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 2011, os subsídios agrícolas concedidos pelos países desenvolvidos alcançaram US\$ 252 bilhões, 4,6% a mais que no ano anterior, segundo levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Como é cada vez mais reconhecido e combatido o tipo de subvenção que estimula enorme excesso de produção, o Parlamento suíço quer incluir na programação de 2014-2017 várias formas de recompensa indireta pelas quais os próprios agricultores se mostram reticentes.

Pelo projeto, uma plantação de flores ao longo de vias para pedestres na área rural poderá receber subsídio de US\$ 4 mil por hectare e US\$ 1 mil para sua manutenção.

Se o agricultor também colocar bancos em certos trechos de seu terreno de produção, para uma pausa dos visitantes, o subsídio será de US\$ 800 por banco. Se plantar árvores para render nozes aos pedestres, ganha mais algumas dezenas de dólares.

Pela plantação de uma alameda de árvores na entrada da fazenda, à beira dos campos ou de rios, e garantir uma paisagem bucólica, o agricultor poderá receber US\$ 200 a cada nova árvore plantada ou US\$ 60 pelas já existentes. Já o produtor de vinho que diminuir

o impacto visual de seus vinhedos poderá receber mais de US\$ 1.000 por hectare. Se plantar rosas a margem dos vinhedos, receberá US\$ 60 por elas - e US\$ 24 pelas flores existentes.

Também para embelezar a paisagem, o agricultor helvético será incitado a plantar flores entre duas culturas. Por exemplo, plantando girassol entre milho e trigo, receberá mais de US\$ 250 por hectare.

Mas a imaginação suíça para dar subsídios aos agricultores parece não ter limites. Assim, se o produtor fizer em seu terreno algumas vias sinuosas, e não retilíneas, também receberá outro tipo de ajuda.

No cantão de Argovia, perto da capital, Berna, um projeto já paga para o agricultor plantar gerânios em vasos nas janelas. A discussão é para estender o projeto a todo o território helvético.

Na região de Franches-Montagnes, na fronteira com a França, o governo local vai dar subsídio para o produtor pela preservação de rebanhos mistos. Ou seja, desde que ele tenha mais de três cavalos no meio de bovinos, receberá mais ajuda.

A União Suíça de Agricultores quer o dinheiro, mas reclama que o projeto desvia o agricultor de sua atividade principal. A entidade ambiental Prometerre também enxerga "uma contribuição artificial, pois é a atividade normal que faz a paisagem".

Na OMC, a Suíça soma forças com outros ferozes protecionistas importadores líquidos de alimentos, como Japão, Coreia do Sul e Noruega. As negociações agrícolas estão paralisadas. Enquanto isso, os EUA preparam uma nova lei agrícola que concede mais subsídios do que antes, segundo avaliação do Brasil.

Conab representa Brasil em Londres e discute crise de alimentos – Site da CONAB. 12/09/2012

A Conab vai representar o Brasil no *IGG Conditions Committee Meeting*, encontro de países que vão discutir em Londres (Inglaterra), nesta sexta-feira (14), a diminuição dos efeitos da crise mundial de alimentos. O analista de mercado da Superintendência de Gestão da Oferta (Sugof), Thomé Luiz Freire Guth, falará pela empresa sobre a experiência brasileira.

Guth vai proferir uma palestra com abordagem relacionada à volatilidade das *commodities* agrícolas, consumo e abastecimento no Brasil. Representantes de vários países da União Européia e os Estados Unidos vão levar seus conhecimentos para discussão deste tema, considerado de fundamental importância para o intercâmbio de informações entre as nações. O interesse maior é a busca de recursos para minimizar os efeitos da crise mundial que afeta o abastecimento alimentar da população mundial

Convenção da OIT adotada pelo Brasil estabelece respeito à diversidade étnico-cultural e é pouco divulgada. Sophia Gebrim – Site do MMA. 14/09/2012

Os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais são regidos em todo o mundo pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), no capítulo que trata da proteção ao meio ambiente e aos índios, cuja diversidade étnico-cultural tem de ser respeitada. Para discutir a legislação e estratégias de difusão dos direitos, representantes do governo e comunidades tradicionais reuniram-se na tarde desta sexta-feira (16/09) durante o 7º Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, no Memorial de Povos Indígenas, em Brasília.

“Essa oficina nos permite conversar, ouvir e sentir a percepção das pessoas que vivem em comunidades tradicionais, saber o que pensam da Convenção 169 e o que pode ser aprimorado no atual processo de consulta que a lei está passando”, explica o ministro-chefe da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, Silvio José Albuquerque e Silva. O governo brasileiro instituiu em janeiro o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com o objetivo de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação dos mecanismos de consulta prévia aos povos indígenas e tribais no âmbito da convenção.

O grupo é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Secretaria Geral da Presidência e conta com a participação de diversos órgãos e entidades governamentais, entre os quais participa o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. O GTI iniciou suas atividades em janeiro de 2012; em março promoveu a realização de seminário internacional com representantes indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais para abrir o diálogo sobre o processo de regulamentação.

CARÁTER VINCULANTE

A convenção foi adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho, em 1989. No Brasil, foi ratificada em 2002, e entrou em vigor em 25 de julho de 2003. É o único instrumento jurídico internacional de caráter vinculante a tratar especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais.

Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais dos povos e comunidades tradicionais. O princípio desta política é o respeito e valorização da identidade de povos e comunidades tradicionais, bem como suas formas de organização e suas diferentes instituições, dialogando com os preceitos da Convenção 169.

VISÃO INDÍGENA

O cacique Evandro, da Tribo Gavião (também conhecida como Pykopcatejê), localizada próximo ao município de Amarante do Maranhão (835 km da capital São Luís), afirma que já ouviu falar da Convenção 169 da OIT, mas nunca soube, ao certo, do que trata a legislação e como os povos indígenas podem ser beneficiados. “Além do direito assegurado ao uso da terra, pontos importantes como o direito à coletividade do nosso povo e o reconhecimento, pelo Estado, da nossa tribo, com as suas crenças, valores e religião também é defendido pela lei”, afirma.

Ele assegura que, encontros para discutir os direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais reforçam a importância dessas pessoas perante a sociedade e fortalece cada vez mais o papel de tribos indígenas no uso e conservação do meio ambiente, como aliados da natureza. “Na nossa tribo plantamos milho, arroz e mandioca, de forma sustentável e sem agredir o meio ambiente e auxiliando na preservação dos recursos naturais da terra”, finaliza o cacique.

Exportação de açúcar da UE supera o limite autorizado pela OMC. Assis Moreira – Valor Econômico. 14/09/2012

Unidade de produção de açúcar de beterraba na Alemanha: embarques da UE superam em 50% o limite acordado

O volume das exportações de açúcar da União Europeia (UE) deverá ultrapassar em 50% o limite autorizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano-cota ("marketing year") que começou em outubro de 2011 e terminará neste mês de setembro, o que poderá se tornar um novo foco de fricção com o Brasil e outros países produtores.

Num mercado internacional com preços em elevação, a UE deverá encerrar o período em questão com 792 mil toneladas a mais do que o volume máximo de exportação acordado na OMC. Mas os europeus consideram que o excesso é "contábil". Na prática, levando-se em conta os últimos três anos, as vendas da UE ficaram 22,4% acima do teto. Foram 4,915 milhões de toneladas embarcadas, ante cota autorizada para o intervalo de 4,015 milhões.

A UE foi obrigada a reformar seu segmento de açúcar, em parte por causa da derrota na OMC em disputa com Brasil, Austrália e Tailândia. Bruxelas pagava milhões de dólares de subsídios para exportar o produto a cada ano, tomando o mercado de países competitivos. A OMC estabeleceu, então, uma cota de exportação de 1,273 milhão de toneladas para os europeus. A UE utiliza como limite, porém, 1,374 milhão de toneladas, com a alegação de que o bloco se expandiu.

De acordo com documento da Diretoria de Agricultura da UE, as vendas externas no ano-cota que terminará no fim deste mês deverão alcançar 2,065 milhões de toneladas - ou seja, o dobro do permitido. O porta-voz do comissário de Agricultura da UE, Roger Waite, explica que esse total é consequência do fato de que parte das licenças emitidas vem do ano anterior e que os compromissos em relação aos subsídios às exportações de açúcar estão sendo respeitados.

"As licenças têm validade de alguns meses, quando os exportadores estão prontos fazem o carregamento. Portanto, consideramos que não temos problema legal com a OMC", afirma

Waite. Segundo a UE, o que vale no acordo com a OMC são as licenças emitidas. Ou seja, Bruxelas concede a licença, mas não tem controle sobre o momento exato em que o produtor colocará o açúcar no mercado.



As exportações no ano-cota 2010/2011 alcançaram apenas 735 mil toneladas, volume bem aquém da cota. Ocorre que em 2009/2010 a UE já jogara no mercado internacional 500 mil toneladas a mais que o permitido. Na ocasião, o bloco argumentou que havia tido uma produção excepcionalmente favorável. No entanto, os australianos indagaram como era possível que um aumento da colheita de 3,9% resultasse em uma expansão de 146% nas exportações.

Um representante de Bruxelas disse que "no momento há problemas no mercado de açúcar e temos um pouco de problemas em todo lugar". Por sua vez, negociadores de países produtores notam, em primeiro lugar, que a UE vem, na prática, saindo do limite para ampliar sua fatia no mercado global, tendo em vista a futura liberalização de seu mercado. Além disso, a UE concedeu licenças já num momento em que os produtores não teriam como usá-las no ano-base, uma vez que o prazo restante para os embarques era curto. E eles lembram que não é possível diferenciar o açúcar produzido com ou sem subsídio, e que o regime açucareiro europeu é alicerçado, de toda maneira, em proteção.

Produtores europeus têm preços mínimos garantidos e subsídios que são ativados quando o preço de referência fica abaixo de € 404 por tonelada. Existe também uma proteção contra o concorrente externo. A tarifa de importação é de € 419, mais uma taxa de salvaguarda que fica perto de € 100 por tonelada. A exemplo do que dizia em 2010, a UE estaria prometendo aos parceiros que o excesso de exportações não se repetirá. Conforme a assessoria de imprensa do comissário de Agricultura do bloco, o volume de licenças e exportações "nunca foram colocadas em questão por outros membros da OMC".

Na verdade, Brasil, Austrália e Tailândia questionaram o excesso europeu em 2010 e em 2011, em comitês da OMC. E aguardam, agora, apenas a publicação oficial dos dados de 2011/2012, pelo Eurostat, o que deverá ocorrer em cerca de dois meses. A partir daí, os três países poderão reagir de novo na OMC. Mas uma queixa em um comitê não significa a reabertura de uma disputa diante dos juízes do órgão. É mais uma forma de pressão para Bruxelas respeitar seus compromissos.

Para a campanha 2012/2013, a UE deverá produzir 17,6 milhões de toneladas, acima do consumo médio de 16 milhões em seus 27 países membros - além disso, a UE importa cerca de 4 milhões de toneladas por ano. A França deverá liderar a produção, com 4,903 milhões de toneladas.

Protecionismo não tem valia sem política industrial sustentável. Fernando Zilveti – Folha de São Paulo. 16/09/2012

Abertura de mercado apenas expôs a fragilidade do país; paliativos não trarão de volta confiança dos empresários

A partir de 1990, o Brasil abriu seu mercado para o mundo. Justificou-se o governo de então atacando a indústria, que "produzia carroças" sob complacência do Estado paternalista.

Houve, em seguida, um relativo alinhamento do país ao modelo de comércio internacional sem fronteiras. Protecionismo virou palavra proscrita no mundo globalizado.

As políticas econômicas imperialistas foram abandonadas junto ao entulho da Guerra Fria. O protecionismo, porém, foi reciclado na "livre circulação de bens e serviços no âmbito de mercados comuns". O choque entre civilizações viria a ser organizado pelas regras de mercado.

A Organização Mundial do Comércio e a Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Econômico ditaram regras de comércio internacional e tributação, a fim de promover o deslocamento de riquezas em defesa de determinadas economias.

Não demorou para que esse castelo de cartas desmoronasse, deixando à mostra as verdadeiras intenções dos defensores da universalização.

A crise mundial impediu a concretização da dominação econômica. Não houve consenso nem tampouco tempo hábil para concertos jurídicos que perpetuassem estruturas estatais anacrônicas.

O protecionismo seguiu, porém, encruado, dissimulado por subvenções indiretas.

Enquanto isso, os empreendedores brasileiros seguiram carentes de medidas perenes de sustentação do claudicante parque industrial.

A abertura de mercado apenas expôs ao mundo a fragilidade interna, enquanto os demais agentes internacionais cuidavam de esconder suas inoperâncias.

O atual aumento de tributos sobre a importação de nada adianta se não for acompanhado de uma política pública industrial a médio prazo, que dê trabalho aos nossos filhos e netos e não mantenha a chaga de mero exportador de commodities.

A continuidade de paliativos não trará de volta os empreendedores, descrentes da falta de firmeza de governo.

Brasil ultrapassa EUA na exportação de soja. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 18/09/2012

A quebra de safra de soja nos Estados Unidos dará uma dianteira folgada ao Brasil na liderança mundial em exportações da oleaginosa.

Com o recuo de safra norte-americana para apenas 72 milhões de toneladas, conforme estimativas do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos), os norte-

americanos colocarão apenas 29 milhões de toneladas de soja em grão no mercado externo durante a safra 2012/13.

O Brasil, cuja previsão de safra é superior a 81 milhões de toneladas, deverá exportar pelo menos 37,5 milhões de toneladas, segundo estimativa da Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais).

Se as estimativas de produção e de exportações do Brasil se confirmarem, o país ultrapassará os Estados Unidos em 30% na comercialização de soja em grão.

Na safra 2010/11, quando os norte-americanos tiveram "safra cheia", produzindo 91 milhões de toneladas, as exportações daquele país atingiram 41 milhões de toneladas de soja.

FARELO

O Brasil ganha espaço também nas exportações de farelo de soja, que devem somar o recorde de 15 milhões de toneladas no próximo ano.

As estimativas para os norte-americanos indicam um recuo para 6,4 milhões de toneladas, uma queda de 25% sobre as exportações de farelo de soja neste ano.

As receitas brasileiras com o complexo soja deverão atingir o recorde US\$ 30 bilhões.

O destaque nesse total é para os US\$ 21 bilhões vindos dos grãos.

Já os norte-americanos deverão obter receitas totais de US\$ 24 bilhões.

EUA e China iniciam na OMC uma nova guerra comercial – O Globo. 18/09/2012

Washington briga contra subsídios; Pequim pede fim de tarifas

EUA e China, as duas principais potências econômicas do mundo, entraram em guerra. Pelo menos no campo comercial. Na segunda-feira, a Casa Branca recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a China, acusando o país asiático de adotar uma política de subsídios ilegais no setor automotivo e de autopeças, que vem prejudicando a indústria automobilística americana, sobretudo no Meio Oeste do país. Pequim contra-atacou antes mesmo de a ação americana ter sido formalizada na OMC e solicitou a abertura de um painel contra as tarifas que os americanos vêm impondo às exportações chinesas.

A ação americana ocorre num momento em que o presidente Barack Obama enfrenta uma acirrada corrida eleitoral, em que a perda de empregos em estados como Ohio e Michigan, devido à concorrência com produtos chineses mais baratos, pode pesar a favor do candidato republicano, Mitt Romney. O processo visa a atacar o que o governo americano classifica como “amplos subsídios” aos produtores chineses de veículos e autopeças em regiões designadas, que são igualmente bases de exportação.

“Estes subsídios ferem diretamente trabalhadores e trabalhadoras na linha de montagem em Ohio e Michigan e em todo o Meio Oeste. Não é justo; vai contra as regras; e não deixaremos isso passar”, afirma o texto do discurso que Obama fará em Ohio. Romney vem acusando seu rival democrata na corrida eleitoral de não ser duro o suficiente com Pequim, no que se refere ao comércio e ao câmbio, áreas que afetam a economia americana.

“Anúncio de ações comerciais durante a campanha eleitoral podem soar muito bem num primeiro momento, mas é muito pouco, e muito tarde para os negócios americanos e as famílias de classe média”, afirmou Romney em uma declaração. As ações na OMC levam em média um ano e meio para alcançar uma decisão final, o que significa que, mesmo que Washington vença a disputa, os efeitos não virão a curto prazo.

Países trocam acusações

A decisão de iniciar a ação se segue à cobrança de trabalhadores metalúrgicos americanos e outras categorias profissionais de uma iniciativa para proteger seus empregos e parar o que classificam como uma inundação de autopeças chinesas que recebem subsídios ilegais. O Escritório de Comércio dos EUA (USTR, da sigla em inglês) anunciou que as bases chinesas visadas na ação ofereceram pelo menos US\$ 1 bilhão em subsídios aos exportadores chineses de veículos e autopeças entre 2009 e 2011. Além disso, as autoridades afirmaram que estão adotando um passo adicional em outra ação, apresentada em junho contra tarifas impostas pelas autoridades chinesas sobre exportações americanas para o país.

A China, por sua vez, iniciou uma ação ontem na OMC na qual alega que 24 produtos chineses vêm sendo taxados de forma injusta nos EUA. Em nota, a OMC anunciou que tais produtos incluem: aço, pneus, magnetos, químicos, utensílios de cozinha, assoalho e cataventos. Em março, o Congresso americano aprovou que a Casa Branca impusesse taxas sobre bens subsidiados da China e do Vietnã, iniciativa que, segundo Washington, é necessária para proteger empregos americanos.

“A China espera que os EUA possam corrigir suas políticas equivocadas e resolver de forma apropriada as preocupações chinesas mediante os mecanismos de resolução de disputas da OMC”, afirmou em nota o ministro do Comércio da China, Shen Danyang. De acordo com o governo de Pequim, as medidas antidumping afetaram 24 tipos de produtos, avaliados em US\$ 7,2 bilhões.

Dilma multilateral. Matias Spektor – Folha de São Paulo. 19/09/2012

Maré baixa do ativismo poderia ser usada para reavaliar pleito por assento no Conselho de Segurança

Dilma chega a Nova York para a Assembleia-Geral das Nações Unidas, onde tudo indica que nossa política multilateral terá um futuro em fogo brando. A retração talvez seja bem-vinda.

Membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU durante quatro dos últimos dez anos, o Brasil teve de tomar posição a respeito de Iraque, Sudão, Guiné-Bissau, Irã, Líbia e outros temas espinhosos que, em condições normais, quiçá preferisse ignorar.

No comando da missão da ONU no Haiti, precisou custear uma enorme operação. Teve de aprender métodos e procedimentos que antes desconhecia, foi forçado a usar a força e precisou angustiar a morte trágica de brasileiros.

A política externa também se dedicou a desarmar uma gambiarra: a ideia de ampliar o Conselho de Segurança incorporando apenas os dois grandes contribuintes da instituição, Alemanha e Japão. Junto à Índia, o Brasil precisou meter o pé na porta para mantê-la aberta.

Passados dez anos de relativo ativismo, a calma da atual conjuntura pode ser útil para fazer ajustes necessários.

Afinal, o Brasil ainda está longe de tirar vantagens máximas do sistema multilateral ou mesmo de contribuir para ele na medida de suas possibilidades.

Por exemplo, não há uma estratégia para pôr brasileiros em cargos relevantes no secretariado da ONU. Apenas cem nacionais lá exercem funções executivas (não administrativas), enquanto a Argentina, mais fraca e pobre, conta com 128 e a Alemanha, com 430.

Reverter o quadro não envolveria custos adicionais, mas a criação de mecanismos para caçar talentos, treiná-los e ir para a briga por bons postos.

Tampouco há um sistema funcional de inteligência capaz de alimentar o trabalho de diplomatas brasileiros em temas de paz e guerra.

Embora seja irrealista esperar que a Abin cumpra essa função sozinha, é plausível imaginar trabalho em parceria com nossos militares e diplomatas para garimpar as informações sem as quais é difícil ter voz ativa em temas da segurança coletiva.

A maré baixa também poderia ser utilizada para reavaliar o pleito brasileiro pelo assento permanente no Conselho de Segurança.

Embora uma reforma do Conselho de Segurança nos próximos anos seja utópica, não é maluco imaginar que o tema volte à superfície em algum momento.

Reino Unido e França, em declínio acelerado, podem contemplar uma reforma que lhes permita manter a posição e, de quebra, ganhar mais um voto europeu com a entrada da Alemanha. A China pode discutir uma reforma na qual o Japão fique de fora.

No dia em que o tema da reforma ressurgir, será importante mostrar ao mundo que o pleito brasileiro, além de desejado, é evidentemente merecido.

Ainda estamos longe disso. Muitos países têm dúvidas genuínas, mesmo dentre os simpatizantes.

Há recursos humanos e materiais para chegar lá.

Basta ter coragem para revisitar velhos argumentos e inspecionar de perto os métodos que podem ter sido úteis no passado recente, mas talvez não o sejam mais.

Sem acordos, Mercosul vai perder espaço, diz Patriota – Valor Econômico. 19/09/2012

O Brasil está obrigado a avançar em acordos comerciais, caso contrário cederá cada vez mais espaço no comércio internacional para os concorrentes, como os países asiáticos, disse o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, no seminário "Política Externa Brasileira: Desafios em um Mundo em Transição", promovido pela Câmara dos Deputados. "Ficarmos parados não significará ficarmos no mesmo lugar, significará andarmos para trás", discursou. "Se não fizermos nada, outras regiões estão se movimentando, se mobilizando", disse, lembrando que, em 2014, o Brasil deve perder vantagens tributárias concedidas pela União Europeia, com seu Sistema Geral de Preferências.

Patriota lembrou a decisão do governo de fazer consultas ao setor privado sobre a viabilidade de reabrir as negociações para um acordo de livre comércio com a União Europeia e iniciar negociações com o Canadá. Ele disse que, com a crise econômica mundial, o Mercosul, tem sido procurado por outros países interessados em pactos comerciais. O Japão está entre esses países, informou. "Não estamos indiferentes a esse movimento", comentou. "É importante procurarmos avançar."

O alerta de Patriota pode ser entendido como um recado também a autoridades no governo brasileiro e em países do Mercosul, como na Argentina, que resistem a novos esforços de abertura comercial. A consulta aos empresários, mencionada pelo ministro, foi decidida pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) após um esforço frustrado do Itamaraty para anunciar, já, a proposta de lançamento das negociações com europeus e canadenses. Os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento preferiam adiar qualquer definição até receber o resultado das consultas aos empresários, que têm levado demandas ao governo para ampliar barreiras comerciais e se mostram pouco animados com ideias de tratados de livre comércio.

Patriota, no seminário, disse que o Brasil pretende aproveitar a presidência temporária do Mercosul para apoiar projetos conjuntos de inovação e reforço da educação. No plano do governo brasileiro está a criação de um programa de intercâmbio de estudantes e professores inspirado no Erasmus, da União Europeia, disse. O Brasil acredita ser possível, ainda, uma inédita incorporação das pequenas e médias empresas nas atividades do Mercosul, que incluirá, na próxima reunião de cúpula, um seminário empresarial dedicado a integração produtiva dos países sócios.

Brasil e Estados Unidos trocam acusações de protecionismo. Sergio Leo e Alex Ribeiro – Valor Econômico. 21/09/2012

Enviada no auge da campanha eleitoral nos Estados Unidos, uma carta do representante comercial dos EUA, Ron Kirk, com severas críticas à política comercial brasileira foi

considerada "inaceitável" pelo destinatário, o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota. Na carta, Kirk fala da "preocupação" do governo dos EUA com o aumento de tarifas de importação no Brasil e no Mercosul. Ele cobra ("*urge*") a revisão do aumento de tarifas de cem produtos anunciado pelo Brasil na semana passada e o cancelamento da planejada elevação das tarifas para mais cem mercadorias, em outubro.

Patriota reagiu com uma nota divulgada à noite, em que ironiza o americano, por ter "reconhecido a legalidade" das medidas brasileiras. Ele afirma que o Brasil não abrirá mão de adotar todas as medidas que permitir a Organização Mundial do Comércio (OMC) e acusa os EUA de ser o real causador de danos ao comércio internacional, com "subsídios ilegais" à agricultura, que impactam o Brasil e os países mais pobres da África. O ministro acusa os EUA de prejudicar as negociações comerciais na OMC com "medidas protecionistas".

Kirk já começa a carta em tom de recriminação, ao informar a intenção de expressar "em termos claros e fortes" a preocupação americana. Alerta que, na avaliação americana, a alta de tarifas causa danos a exportações dos EUA em "áreas chaves" do interesse comercial do país. O argumento de que as elevações são temporárias "não mitigam o impacto negativo", queixa-se Kirk.

Ele acusa o Brasil de causar danos aos parceiros comerciais com o descumprimento de compromissos contra medidas protecionistas e faz uma ameaça velada: "Historicamente, esse tipo de ação leva os parceiros comerciais a responder do mesmo modo, aumentando o impacto negativo [ao comércio]". Kirk chama atenção, ainda, para a crescente importância do comércio de produtos industriais entre Brasil e EUA.

Fontes de Washington afirmam que a carta de Kirk tem uma faceta política, a menos de dois meses das eleições em que o presidente Barack Obama disputa a reeleição. Obama é acusado pelo adversário republicano, Mitt Romney, de ser frouxo com as medidas protecionistas e competição desleal de países emergentes, sobretudo a China. Na segunda-feira, Obama escolheu o Estado industrial de Ohio, um dos mais importantes na corrida presidencial, para anunciar a abertura de queixa na OMC contra supostos subsídios chineses à indústria automobilística.

O governo brasileiro vinha minimizando atritos com o USTR com o argumento de que a agressividade dos negociadores comerciais dos EUA tinha razões eleitorais. Na resposta a Kirk, Patriota diz que ter "esperança" de que a carta, vazada pelos americanos, tenha sido motivada "por circunstâncias domésticas dos Estados Unidos".

Os americanos dizem temer que as barreiras comerciais, a princípio apresentadas como pontuais e destinadas a lidar com problemas específicos de competitividade do Brasil, se tornem uma política horizontal protecionista. Receiam também que outros países sigam o exemplo brasileiro. Autoridades brasileiras, como o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o próprio Patriota, afirmam que o Brasil reage aos desequilíbrios no mercado provocado pelas políticas monetárias dos países ricos.

"O mundo tem testemunhado políticas de expansão monetária maciça para resgatar bancos e indústrias", diz a nota de Patriota a Kirk. "Como consequência, o Brasil tem sido obrigado a enfrentar uma valorização artificial de sua moeda e uma enxurrada de mercadorias importadas a preços artificialmente baixos", segue a nota, que lembra a

duplicação das exportações dos EUA ao Brasil, entre 2007 a 2011. Seria mais justo aumentar exportações em "ambiente não distorcido", acusa Patriota, que se diz "disposto a trabalhar com os EUA" para uma "relação comercial equilibrada e mutuamente benéfica".

BASIC reúne-se em Brasília e defende vigência do Protocolo de Kyoto até 2020. Lucas Tolentino – Site do MMA. 21/09/2012

Os governos do Brasil, África do Sul, Índia e China, o chamado grupo BASIC, finalizaram, nesta sexta-feira (21/09), declaração conjunta sobre as medidas de redução de emissões de gases de efeito estufa. Durante a XII Reunião Ministerial do BASIC, em Brasília, os representantes dos quatro países reafirmaram a intenção de negociar em bloco pela extensão do Protocolo de Kyoto na próxima Conferência das Partes de Mudanças Climáticas (COP 18), marcada para o fim do ano em Doha, capital do Catar.

Assinado em 1997, o Protocolo de Kyoto estabelece diminuição de 5% das emissões de gases de efeito estufa e entrará em vigor no segundo período a partir de 2013. A questão que precisa ser definida é até quando o instrumento valerá. Para os países do BASIC, o acordo deve prevalecer até 2020, quando será substituído nova medida internacional de adaptação às mudanças climáticas. Outro grupo de nações, no entanto, defende que o protocolo seja estendido somente até 2017.

RESPONSABILIDADE COMUM

O embate será colocado em pauta na COP 18, entidade máxima da Organização das Nações Unidas (ONU) no âmbito das mudanças climáticas. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, afirmou que a discussão sobre o segundo período do Protocolo de Kyoto é uma questão estratégica para o Brasil. “Deve ser mantida a visão de responsabilidade comum”, declarou. “A unidade política é importante para que possamos buscar esse acordo como um resultado concreto.”

As discussões tiveram ainda o apoio de outros países em desenvolvimento. Além dos representantes do Brasil, África do Sul, Índia e China, a reunião contou com representantes da Argélia, Argentina, de Barbados e do Catar, o chamado BASIC-Plus. “Essa atuação visa a fortalecer todo o grupo”, explicou o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

O encontro foi dividido em duas partes. Na quinta-feira (20/09), peritos discutiram aspectos técnicos relacionados às mudanças climáticas. Nesta sexta-feira (21/09), os ministros e representantes diplomáticos debateram as análises para concluir a declaração. “Há a necessidade de enfatizar o diálogo da ciência com a necessidade de buscarmos posições mais ambiciosas na redução de emissões”, afirmou Izabella.

A previsão é que os representantes do BASIC se encontrem novamente, em Pequim, para a última reunião que antecederá a COP 18. Criado em 2007, o BASIC é um grupo informal de diálogo sobre as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A atuação coordenada tem estimulado maior de ambição no tema e contribuído para o apoio financeiro, tecnológico e técnico internacional das ações.

**Brasil e EUA sobem o tom de reclamações contra protecionismo. Luciana Coelho –
Folha de São Paulo. 21/09/2012**

Governo americano reclama de impostos e diz temer "mancha" no comércio bilateral de bens industriais. Brasil nega ferir regras do comércio global e diz que medidas dos países ricos levam à valorização artificial do real.

O governo dos EUA subiu o tom e disse ao governo Dilma Rousseff, em carta, que sucessivos aumentos de tarifas sobre importações poderão manchar a relação comercial entre os dois países, acusou Brasília de protecionismo e insinuou que pode haver contrapartida americana.

A reclamação foi rebatida em tom mais duro do que o normal pelo chanceler brasileiro, Antonio Patriota.

O movimento dá fôlego a uma aparente fricção entre os dois países sobre comércio, encampada pelo ministro Guido Mantega (Fazenda) em entrevista ontem ao "Financial Times", na qual chamou de "protecionistas" as medidas do BC dos EUA para irrigar o mercado local de dólar.

As queixas americanas, em plena campanha eleitoral, estão em carta enviada anteontem pelo embaixador Ron Kirk, cujo cargo equivale ao de ministro do Comércio Exterior nos EUA, a Patriota.

O documento, obtido primeiro na tarde de ontem pelo jornal "O Estado de S. Paulo", foi vazado por diplomatas americanos em Genebra e teve seu teor confirmado à Folha por representantes do USTR -o gabinete de representação comercial dos EUA.

"Os EUA estão preocupados com aumentos de tarifas [de importação] agendados e propostos pelo Brasil e pelo Mercosul", afirma Kirk.

Ele acrescenta que o aumento de alíquotas que entrará em vigor na próxima semana, sobre cem produtos (inclusive maquinários e eletroeletrônicos), terá impacto negativo sobre as exportações americanas e configuraria, portanto, protecionismo.

"Historicamente, tais ações têm levado os parceiros comerciais a responderem na mesma moeda, o que amplificaria o impacto negativo [das medidas]", prossegue.

Kirk encerra a carta afirmando aguardar ansiosamente por uma oportunidade de se reunir com Patriota.

O chanceler, por sua vez, disse, em carta, que o país "tem sido obrigado" a enfrentar uma valorização artificial do real e uma enxurrada de importados a preços artificialmente baixos, devido à "expansão monetária maciça e ao resgate de bancos e indústrias", por parte dos EUA e de outras nações ricas.

Patriota disse que o Brasil "não abdicará de seu direito de fazer uso de todos os instrumentos legítimos permitidos pela OMC".

E, segundo ele, o aumento das vendas americanas para o Brasil seria "mais justo" se não tivesse ocorrido em um "ambiente que não estivesse distorcido por desalinhamentos cambiais e escancarado apoio governamental".

Os EUA são o segundo principal destino de exportações brasileiras, com US\$ 18,6 bilhões comprados de janeiro a agosto -produtos industrializados, em boa parte.

O Brasil, por sua vez, é um dos raros países com quem os EUA têm superavit comercial.

A comunicação direta por carta em nível ministerial em casos assim é rara.

CRÍTICA BRASILEIRA

Mantega usou a entrevista ontem ao "Financial Times" para criticar a terceira rodada de medidas nos EUA para aliviar a pressão sobre o dólar, anunciada pelo Fed, o BC americano, na semana passada e chamada de "QE3" (de "quantitative easing", ou afrouxamento monetário).

Para o ministro, os estímulos dos EUA -recompra de títulos ligados a hipotecas- distorcem o câmbio global e não incentivam a produção.

"É preciso entender que isso acarreta consequências", disse Mantega. "O benefício [para os EUA] é marginal, pois não falta liquidez, e essa liquidez não vai para a produção", afirmou, voltando a acusar Washington de promover "guerra cambial".

O caso brasileiro -e do Mercosul- é mais um entre as crescentes ações comerciais americanas na reta final do primeiro mandato do presidente Barack Obama, que concorre em novembro à reeleição e promete em campanha ampliar a defesa de interesses comerciais dos EUA.

Em pouco mais de dois meses, o país abriu dois processos contra a China e um contra a Argentina na Organização Mundial do Comércio.

Por recursos naturais, China afirma ser país 'quase ártico' – Folha de São Paulo. 22/09/2012

Com o gelo do Ártico derretendo em ritmo recorde, as superpotências estão cada vez mais envolvidas em uma disputa por influência política e posição econômica em regiões como a Groenlândia, antes vista como terra estéril.

Em disputa estão as abundantes fontes de petróleo, gás natural e minérios que, graças à mudança do clima, começam a se tornar acessíveis ao longo de canais que estão cada vez mais navegáveis.

O recuo do gelo também revelou depósitos de minérios cobiçados, incluindo terras raras, cruciais para novas tecnologias, como celulares.

Neste ano, a China se tornou um participante muito mais ativo, dizem especialistas, causando preocupação entre as potências ocidentais.

EUA, Rússia e países da UE contam com territórios árticos, mas a China não. Por causa disso, vem empregando riqueza e diplomacia.

O país quer ser observador permanente no Conselho Ártico, órgão informal com os oito países da região. Pequim diz ser "um país quase ártico" e que a região "é do patrimônio da humanidade".

Patriota diz que reclamação dos EUA é 'inaceitável e injustificável' – Folha de São Paulo. 22/09/2012

Washington criticou anteontem aumento das tarifas de importação

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, elevou o tom das críticas à carta do governo dos Estados Unidos sobre os aumentos de tarifa de importação adotados pelo Brasil.

"Nós consideramos [a carta americana] injustificável e inaceitável, tanto no conteúdo como na forma", afirmou ontem o ministro das Relações Exteriores.

O documento, assinado pelo embaixador Ron Kirk, cujo cargo equivale ao de ministro do Comércio Exterior nos EUA, foi encaminhado na quarta-feira ao Itamaraty.

No texto, Kirk afirma que ações como as adotadas pelo Brasil "têm levado os parceiros comerciais a responderem na mesma moeda".

O Itamaraty já havia respondido de forma dura anteontem ao dirigente norte-americano: "Enquanto Vossa Excelência refere-se a medidas compatíveis com as regras da OMC [Organização Mundial do Comércio] adotadas pelo Brasil, de nossa parte, preocupa-nos a perspectiva de continuação dos subsídios ilegais concedidos à produção agrícola pelos EUA."

"DESCABIDA"

Ontem, Patriota disse que a resposta do Brasil "mostra como é descabida e incongruente a carta [americana], porque se tem um país que tem se beneficiado da ampliação do mercado brasileiro tem sido os Estados Unidos nos últimos anos."

Os EUA são o segundo principal destino de exportações brasileiras, com US\$ 18,6 bilhões comprados de janeiro a agosto -produtos industrializados, em boa parte.

Os EUA absorveram 11,6% das vendas brasileiras para o exterior de janeiro a agosto. O Brasil é o oitavo país que mais comprou produtos dos EUA em 2012, o equivalente a 2,7% das exportações americanas até julho.

O ministro afirmou ainda que esse tipo de manifestação "não é construtiva". Questionado sobre eventuais efeitos práticos sobre as relações comerciais entre Brasil e EUA, Patriota respondeu: "Eu não especularia nada nessa direção. Por enquanto, houve só uma troca de cartas e gostaríamos que ficasse por aqui", disse Patriota.

O ministro negou que a divergência seja tratada em viagem da presidente Dilma a Nova York, onde discursará na Assembleia-Geral da ONU, na semana que vem. Segundo ele, o "foro apropriado" para esse debate é a OMC.

**O imperativo do protecionismo em defesa do interesse nacional. J. Carlos de Assis
– Carta Maior. 23/09/2012**

A marca registrada universal da submissão ao colonialismo é quando o colonizado assume como seu e passa a defender o ponto de vista do colonizador. Viu-se isso com todas as letras e cores no Jornal Nacional da semana passada quando o comentarista Carlos Alberto Sardenberg analisou uma troca de notas de protesto entre o Governo americano e o Governo brasileiro. O artigo é de J. Carlos de Assis.

A marca registrada universal da submissão ao colonialismo é quando o colonizado assume como seu e passa a defender o ponto de vista do colonizador. Viu-se isso com todas as letras e cores no Jornal Nacional da semana passada quando o comentarista Carlos Alberto Sardenberg analisou a troca de notas de protesto entre o Governo americano e o Governo brasileiro, o primeiro reclamando da elevação pelo Brasil de tarifas de importação sobre 100 produtos e o segundo condenado a nova leva, a terceira, de inundação de dólares no mercado mundial sob o eufemismo de Facilitação Quantitativa.

O comentarista da Globo desenvolveu o seguinte raciocínio: a nova inundação de dólares – acompanhada, de resto, pelo Banco Central Europeu e pelo Banco do Japão – é um legítimo recurso do Governo norte-americano, assim como dos demais países industrializados avançados, para relançar suas economias titubeantes. Já a elevação de tarifas alfandegárias pelo Brasil não passa de puro protecionismo resultante de um fraco grau de competitividade. Assim, o Governo Obama tem razão em acusar a medida brasileira de protecionista, na medida em que ela distorce as virtualidades do mercado livre.

Sou, em geral, simpático ao Governo Dilma, como fui, pelo menos depois de sua guinada desenvolvimentista por volta de 2006, do Governo Lula. Entretanto, nesse caso específico, quero me declarar peremptoriamente como um fanático pelas decisões corajosas de nossa Presidenta. Tenho defendido no Intersul, instituto que presido, o imperativo de um acordo com nossos vizinhos sul-americanos para levantar conjuntamente nossas barreiras tarifárias e articular simultaneamente programas de investimentos e de desenvolvimento, tendo em vista o risco que representa para nós as políticas econômicas dos países ricos.

De fato, na medida em que, depois da reunião do G-20 em Toronto em 2010, esses países optaram pelo que chamam de políticas de austeridade fiscal, os governos europeus dominados pela troika – Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI – deliberadamente decidiram retraindo seu mercado interno para gerar excedentes exportáveis. É pelas exportações que pretendem sair da crise. Como esse é o objetivo dos Estados Unidos e do Japão, a pergunta óbvia é: exportar para quem? E a resposta também óbvia é: para os países emergentes, inclusive para nós, Brasil. De fato, no último ano, exportamos menos para a Europa e importamos mais dos Estados Unidos, com que fizemos um déficit de US\$ 8 bilhões.

Portanto, quando assume o ponto de vista do Governo americano no caso da nota nos acusando de protecionismo, o comentarista da Globo toma o partido de uma política econômica que, a exemplo da europeia, confia exclusivamente nas exportações, e não no mercado interno, como saída da crise. A decisão do Fed de inundar o mundo de dólares é uma espécie de último recurso já que o Partido Republicano, dominante na Câmara, não deixou Obama fazer um segundo programa de estímulo fiscal de mais de US\$ 400 bilhões em 2010. Com isso, o instrumento alternativo restante de política econômica foram as tais “Facilidades Quantitativas” pelo Fed.

Já que a política interna americana não permite que o país adote uma política econômica decente, não é justo que nós, países em desenvolvimento, arquem com suas consequências, quaisquer que sejam. A corajosa medida brasileira de elevação de tarifas (até 25%) dentro das regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) corresponde inteiramente ao interesse nacional. Os que me honram com sua leitura sabem que mais de uma vez critiquei o ministro Mantega, eventualmente por falta de uma ação firme no comando da economia, mas desta vez faço questão de cumprimentá-lo: a meu ver o caminho é justamente esse.

O próximo passo, espero, é uma empreitada do Itamarati para que nossos vizinhos sul-americanos sejam convencidos do imperativo de uma política comum de investimentos-chave em áreas estruturantes da integração regional. Minha sugestão é que comecemos por um Pacto Siderúrgico, um Pacto de Energia Elétrica e um Pacto Rodoviário. Se erguermos conjuntamente um conjunto de tarifas externas comuns, e ao mesmo tempo estabelecermos as bases para investimentos integrados a partir destes – mas não necessariamente só nestes – setores, podemos realizar, no meio da crise mundial, o sonho da integração sul-americana, melhorando sensivelmente os níveis de bem-estar social em nossa região.

Dilma chega aos EUA para discurso na ONU amanhã. Raul Juste Lores – Folha de São Paulo. 24/09/2012

Presidente participará da Assembleia-Geral

A presidente Dilma Roussef chegou ontem pela manhã a Nova York, onde vai discursar na abertura da Assembleia-Geral das Nações Unidas, amanhã de manhã.

Ela não tinha agenda oficial ontem, nem hoje, e aproveitou para passear com a filha, Paula, na manhã nova-iorquina, onde foi reconhecida por turistas brasileiros e tirou fotos.

Depois, almoçou no Café Boulud, restaurante do estrelado chef francês Daniel Boulud. Amanhã, além do discurso, ela tem encontros com o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon; com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso; e dará uma palestra, fechada à imprensa, no Council on Foreign Relations, centro de estudos e debates em política externa. Ela está acompanhada por cinco ministros, entre eles o chanceler Antonio Patriota e Aloizio Mercadante (Educação).

Mercosul debate superação da extrema pobreza – Site do MDS. 24/09/2012

Em evento em Brasília, países unem esforços para ampliar o desenvolvimento social

Promover debates e unir esforços para elaborar um plano pluriestatal de superação da pobreza na região do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Este é o objetivo do Seminário Regional: Avanços e Desafios das Políticas Sociais de Combate à Extrema Pobreza, que começou nesta segunda-feira (24), em Brasília, e segue até terça-feira (25). Além dos representantes dos integrantes do Mercosul, os países da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) também estão no evento.

O secretário nacional de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Paulo Jannuzzi, participou da abertura. Para ele, o seminário é uma oportunidade de trocar experiências bem-sucedidas. “O seminário traz os subsídios sobre os avanços das políticas sociais ao longo dos últimos anos na América Sul, pois os desafios, em geral, são comuns, do ponto de vista da capacitação, da articulação horizontal entre ministérios e vertical entre entes federados e no desafio da participação social.”

Durante a abertura do evento, também foi lançada a edição do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul, em português e em guarani. Segundo o diretor do Instituto Social do Mercosul, Christian Mirza, a publicação traz compromissos políticos que os países da região firmaram e que têm se transformado em base para intervenções concretas nas políticas sociais.

Agenda – Na quarta-feira (26), a Unasul promove a II Reunião do Grupo de Trabalho Técnico de Instrumentos de Cooperação do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social, com coordenação do MDS. No encontro, será discutida a cooperação regional para implementação e financiamento das políticas sociais e a apresentação do Sistema Matriz de Cooperação, que oferece demandas e melhores práticas para cooperação entre os países.

Reuniões técnicas com representantes do Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela serão realizadas na quinta (27) e sexta-feira (28), com a finalidade de elaborar um projeto regional de superação da extrema pobreza e de organizar o Prêmio Boas Práticas em Políticas Sociais no Mercosul.

Protecionismo ou legítima defesa? Bresser Pereira – Folha de São Paulo. 24/09/2012

Troca de tarifa por câmbio ocupa centro da escola keynesiano-estruturalista que está surgindo no Brasil

O governo americano, em carta enviada por seu representante comercial Tom Kirk ao Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, acusou o governo Dilma de estar sendo "protecionista" por haver decidido aumentar tarifas de cem produtos importados pelo Brasil.

E cobrou ("urged") que o governo brasileiro reveja sua decisão. O ministro brasileiro ironizou o americano por ter "reconhecido a legalidade" das medidas brasileiras no quadro da OMC e afirmou que o Brasil foi obrigado a tomar essa iniciativa porque os EUA, com sua política de emissão de dólares ("quantitative easing"), vem causando a apreciação do real.

Patriota acusou também os EUA de subsídio à sua agricultura, mas a novidade em termos de discussão tarifária é a de mostrar que tarifas e taxa de câmbio se substituem quando se trata de importação. Esta é uma tese "proibida" na OMC, mas é afinal óbvia.

Se um país eleva em 10% suas tarifas, mas a taxa de câmbio se aprecia em 30%, na prática a indústria foi afinal desprotegida em 23% em relação ao preço inicial em reais.

Façamos as contas, partindo-se de tarifa zero, do preço de um bem de US\$ 10, e de uma taxa de câmbio de R\$ 2,60 por dólar, implicando um preço em reais de R\$ 26,00. Se for estabelecida uma tarifa de 10%, seu preço em reais será R\$ 28,60; mas caso a taxa de câmbio se aprecie em 30%, caindo para US\$ 1,82, o preço em reais cairá de R\$ 28,60 para R\$ 20,00, de forma que, devido à depreciação, a proteção adicional de 10% se transformou em uma desproteção líquida de 23%.

A substituição de tarifa por câmbio e a tese de que nos países em desenvolvimento a taxa de câmbio deixada livre tende a ser cronicamente sobrevalorizada estão no centro da nova escola keynesiano-estruturalista que está surgindo no Brasil.

Quando o ministro Guido Mantega, que faz parte dessa escola, afirmou há alguns anos que o Brasil estava sendo vítima de uma guerra cambial, pensava nestes termos.

É claro que os EUA e o clube dos países ricos não concordam. Porque ideologicamente acreditam que a liberalização comercial geral é do seu interesse. Na verdade, em relação a países de renda média que são capazes de exportar bens manufaturados, isso não é mais verdade.

Se esses países lograrem neutralizar as duas causas dessa sobrevalorização crônica do câmbio (entradas excessivas de capital, agora agravadas pela política de emissão monetária dos países ricos, e doença holandesa), ganharão mais que os ricos com a abertura comercial.

Foi o que perceberam há muito os países asiáticos dinâmicos, que não se deixaram enganar pela tese do Ocidente de que "precisam" de seus capitais. É o que nós, brasileiros, já começamos também a entender, mas que não tivemos ainda força suficiente para implementar, seja porque a dependência de nossas elites e principalmente de nossos economistas é muito maior do que a das elites asiáticas, ou porque a doença holandesa é mais grave aqui.

Como não logramos colocar a taxa de câmbio no verdadeiro nível de equilíbrio somos obrigados a aumentar tarifas. É um "secondbest", mas está claro que o governo brasileiro não se deixará comover com as acusações americanas. O que o Brasil está fazendo é legítima defesa.

Entre protecionismo e proteção, os acordos. Sergio Leo – Valor Econômico. 24/09/2012

O ânimo do setor privado brasileiro com acordos de comércio será testado em breve, com a abertura, nesta semana, de uma consulta pública do Ministério do Desenvolvimento sobre temas interessantes: em que termos os empresários aceitam negociar um acordo de livre comércio com o Canadá; o que querem os empresários, no caso de um acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia; qual o prazo desejado para redução de tarifas; e que setores são considerados "sensíveis" e demandam proteção contra a concorrência dos europeus?

O governo e parte do setor privado têm uma forte razão para urgência nas negociações com a União Europeia: em 2014, o Brasil será excluído do Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu, que concede tarifas de importação mais baixa a 10% das exportações brasileiras para o bloco. São quase € 3,6 bilhões em mercadorias como plásticos, calçados, automóveis, químicos, máquinas e até melões, cujos produtores se dizem ameaçados de perder o mercado, se forem submetidos às tarifas europeias normais.

Até a presidente Dilma Rousseff tem citado o SGP, que foi mencionado pelas autoridades brasileiras em conversas com negociadores da Europa. Os europeus dizem só haver uma possibilidade de manter as tarifas preferenciais aos brasileiros: em caso de negociação do acordo de livre comércio com o Mercosul. É de se imaginar que estejam usando o mesmo argumento com os argentinos, os sócios do Brasil menos dispostos a reabrir negociações de livre comércio. Apesar da crise, a União Europeia está disposta a levar à frente as negociações, garantem os diplomatas de lá.

Perda de vantagem tarifária preocupa governo brasileiro

Quem levantou o último alerta para o risco de desdenhar dos acordos de livre comércio foi o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, em seminário na Câmara dos Deputados: o Brasil tem de avançar. Ficar parado, nesse caso, é retroceder, disse ele, preocupado com a proliferação de acordos de abertura de mercado assinados recentemente pelos países asiáticos, da Coreia à Índia. Cada acordo desses significa preferência para produtos já competitivos da Ásia contra exportadores brasileiros.

A opinião majoritária no governo é menos decidida, e mais sensível aos temores defensivos do setor privado. As resistências privadas, aliás, não começaram recentemente, com a crise econômica. Em toda negociação, sempre há resistências invisíveis, às vezes decisivas. O último acordo de peso tentado pelo Brasil, com os ricos países árabes do Conselho de Cooperação do Golfo, ainda no governo Lula, foi torpedeado pela indústria petroquímica nacional.

Sensível às demandas por proteção do setor privado, o governo recusa o rótulo de protecionista. Argumenta que só tenta proteger os fabricantes nacionais de desequilíbrios do mercado com os efeitos de programas anticrise nos EUA, Japão e Europa que desvalorizam as respectivas moedas em relação ao real, e, assim, deixam mais caros, menos competitivos, os produtos brasileiros. As autoridades reconhecem, porém, o papel das mazelas nacionais na falta de competitividade. É fato que, mesmo timidamente, o governo tem atuado para reduzir custos e deficiências de infraestrutura,

trazer os juros a níveis civilizados, reduzir - ainda que modestamente - a carga tributária. Mas as empresas se queixam de que o ritmo é insuficiente.

A preocupação com a queda no desempenho do comércio exterior e seu impacto negativo no balanço de pagamentos do país é tema frequente de conversas de Dilma com auxiliares, mas, até agora, as ações para controle da importações ganharam maior destaque nas ações de governo que os esforços de conquista de mercados (eles existem, mas não com a dimensão espetacular das barreiras comerciais "de proteção" erigidas nos últimos meses).

A cada dia parece mais claro, inclusive no governo, como indica a manifestação de Patriota, que não é sustentável uma política de comércio sustentada pela defesa contra importações. Quem fecha mercados também perde competitividade, sugere o discurso do ministro.

É injusto acusar o governo de ter desprezado os mercados europeu e americano. Houve uma proposta formal de acordo Mercosul-Estados Unidos, rejeitada pelos americanos que não se dispõem a fazer um acordo fora do modelo aplicado ao Chile e outros parceiros, com regras que extrapolam a discussão comercial e limitam as opções de política industrial em temas como compras governamentais, proteção a investimentos e propriedade intelectual.

No caso da Europa, o governo ouviu dos próprios europeus, até recentemente, que boa parte das demandas brasileiras dependia do resultado da entorpecida Rodada Doha de liberalização na organização Mundial do Comércio. Apostar na OMC era uma saída racional, ainda que tenha fracassado.

Um complicador na discussão do governo sobre acordos de comércio é a necessidade de negociar por meio do Mercosul, com um sócio francamente avesso à abertura comercial, a Argentina, e outro pouco empenhado em discussões do gênero, a Venezuela. Sobre os venezuelanos, será possível ter maior clareza nesta quarta-feira, quando se reunirá o grupo técnico criado para facilitar a integração da Venezuela no Mercosul. Um subgrupo está dedicado às negociações comerciais e a prioridade será saber o ânimo venezuelano em relação à União Europeia e Canadá, negociações no horizonte.

Quanto à Argentina, é preciso encontrar uma fórmula para engajar o vizinho no esforço negociador. O fato de que esses acordos levam tempo para fazer seus efeitos, e incluem prazos para liberalização de produtos "sensíveis" é um argumento importante, embora não pareça suficiente para atrair o vizinho. A verdade é que, antes de imaginar o que se pode esperar da Argentina, é preciso verificar qual o interesse do setor privado brasileiro. É o que fará a consulta aberta nesta semana, que tem um peso considerável na formulação das futuras estratégias comerciais do Brasil.

Mais Alimentos Internacional entrega lista de preços a Cuba. Site do MDA. 24/09/2012

A coordenação do Mais Alimentos Internacional entregou ao embaixador cubano, Carlos Zamora, na tarde desta segunda-feira (24), a lista precificada dos implementos solicitados por Cuba. Nesta primeira etapa, o Brasil vai liberar US\$ 70 milhões (mais de

R\$ 141,5 milhões) para financiar a compra de máquinas e equipamentos agrícolas produzidos no País, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar e garantir a segurança alimentar cubana.

As negociações com Cuba marcam, também, o aperfeiçoamento do Programa. Pela primeira vez, o financiamento será efetuado por meio de carta de crédito. O coordenador do Mais Alimentos, Marco Antônio Viana, ressaltou que a entrega da lista é um grande passo para concretizar a exportação de maquinário agrícola brasileiro para Cuba. “Com isso, esperamos concretizar a entrega deste primeiro tranche (uma parte da operação) ainda em 2012”, salientou.

Carlos Zamora assinalou que o fortalecimento da agricultura familiar faz parte da atualização do modelo econômico cubano e que o Mais Alimentos é uma parte importante deste processo. “É este programa que dará o apoio necessário em equipamentos, tecnologia e experiência para que possamos fortalecer o setor”, afirmou. Cuba tem cerca de 350 mil famílias que vivem no meio rural. A princípio, aproximadamente 170 mil serão beneficiadas pelo acordo entre os dois países.

O primeiro passo para a concretização da parceria do MDA com o país ocorreu em novembro do ano passado, com a assinatura do Projeto de Cooperação Técnica (PCT). Cuba é o primeiro país fora do continente africano a solicitar ao governo brasileiro a entrada no programa. A ilha caribenha importa hoje cerca de 80% dos alimentos que produz. A meta do governo local é ser autossuficiente na produção de alimentos até 2015.

O Programa

O Mais Alimentos Internacional foi criado em 2010, a princípio como Mais Alimentos África. Atualmente, quatro países têm acordo firmado com o Brasil: Zimbábue, Moçambique, Gana e Cuba. O objetivo do programa é estabelecer uma linha de cooperação técnica que destaca a produção de alimentos pela agricultura familiar como caminho para segurança alimentar e nutricional dos países participantes.

Aliada à cooperação técnica, a ação prevê o financiamento de tecnologia adaptada às realidades socioambientais da agricultura familiar local, como forma de ampliar a produção e a produtividade dos estabelecimentos rurais. A ideia é que estes países possam produzir mais e melhor. E com o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda tornem-se clientes regulares da tecnologia agrícola brasileira.

Histórias de sucesso em de Brasil, Colômbia, Chile, México e Nicarágua são tema de seminário. Sophia Gebrim – Site do MMA. 25/09/2012

O Projeto de Fortalecimento de Políticas Agroambientais em Países da América Latina e Caribe, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil e Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO), terá sua primeira reunião de coordenação nesta quarta-feira (26/09), em Santiago. O projeto, lançado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), identificará experiências de sucesso na área agroambiental no Brasil, Colômbia, Chile,

México e Nicarágua para difundir essas ações em países da América Latina e Caribe.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Cabral, participa da reunião representando o Brasil e adianta parte da estratégia brasileira que será apresentada durante o encontro. “Mostraremos a nossa experiência em políticas formuladas especificamente sob o conceito agroambiental, como os programas Bolsa Verde e Mais Ambiente e o Plano Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade”, afirma. Segundo ele, essas ações foram escolhidas pois preconizam a relação agricultura e meio ambiente de forma saudável, rentável e benéfica, dos pontos de vista ambiental, social e econômico.

Durante a reunião, representante brasileiro mostrará algumas políticas públicas de desenvolvimento rural que, desde sua formulação, carregam preocupações na dimensão ambiental. Como é o caso do Macroprograma de Transição Agroecológica e Construção Participativa do Conhecimento para a Sustentabilidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Programa de Garantia de Preços de Produtos da Sociobiodiversidade, a Política da Agricultura Orgânica e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

CASOS DE SUCESSO

Brasil, Colômbia, Chile, México e Nicarágua foram escolhidos pelo Projeto por serem países onde as políticas agroambientais apresentam melhores resultados, segundo avaliação da FAO. Dessa forma, o objetivo da cooperação é mostrar as experiências de sucesso desses países, que conseguiram aliar o crescimento agrícola às práticas sustentáveis, e a importância das políticas públicas no processo. “Assim, esperamos transmitir esse conhecimento aprendido aos países da América Latina e Caribe”, salienta o secretário do MMA.

Por fim, Cabral explica que, inicialmente, serão identificadas as experiências de sucesso para posteriormente fazer o intercâmbio de conhecimento e tecnologia. “O Brasil possui experiências exitosas que podem ser compartilhadas com outros países e queremos promover o intercâmbio dessas experiências, fortalecendo as políticas implementadas no Brasil e contribuindo com o processo de discussão que acontece nos demais países no âmbito da agricultura sustentável”, argumenta.

Conabio faz reunião extraordinária para definir atuação do Brasil em eventos sobre clima e biossegurança. Luciene de Assis – Site do MMA. 25/09/2012

Os conselheiros da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio) realizam, nesta quinta-feira (27/09), a sua 16ª reunião extraordinária, em Brasília. Trata-se de um evento preparatório para a participação de representantes da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na 11ª Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e na Sexta Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. A COP-11 se realizará no Centro de Convenções Internacional de Hyderabad, na Índia, de 1º a 19 de outubro.

A Conabio é composta por representantes de órgãos governamentais e organizações da

sociedade civil e tem um relevante papel na discussão e implementação das políticas sobre a biodiversidade. Os integrantes da Comissão discutiram, exaustivamente, 20 propostas de metas nacionais para a biodiversidade, construídas a partir das Metas de Aichi, estabelecidas durante a Convenção de Nagoya, no Japão, e que balizarão a posição do Brasil na COP-11.

Brasil e UE farão reunião técnica em outubro. Alex Ribeiro – Valor Econômico. 25/09/2012

A presidente Dilma Rousseff deu um empurrão nas negociações de livre comércio entre o Brasil e a União Europeia, em uma reunião de cerca de duas horas com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. Ambos estão em Nova York para participar da assembleia anual das Nações Unidas, que será aberta hoje. Foi confirmada uma reunião técnica para outubro, em que os dois lados vão começar a avaliar caminhos para um possível acordo entre os blocos econômicos do Mercosul e da UE. "Há o interesse em aumentar o comércio, examinar a integração maior das cadeias produtivas", disse o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, ao fim da reunião.

A expectativa é que, na reunião técnica, sejam feitas as primeiras discussões sobre a lista de ofertas dos dois blocos econômicos. Em janeiro, Durão deverá participar no Brasil de uma reunião de cúpula entre Brasil e União Europeia. Fonte do Palácio do Planalto disse que a iniciativa de pedir a reunião com Dilma foi da UE.

Em relação à compra de 36 novos caças para a FAB, Dilma pretende esperar até meados de 2013 para tomar uma decisão, disseram duas fontes oficiais à agência "Reuters". A presidente deve falar com Barack Obama sobre o adiamento durante possível encontro nesta semana na ONU. O Brasil pretende gastar pelo menos US\$ 4 bilhões na aquisição dos caças. Os concorrentes são Boeing, Dassault e Saab. **(Com Reuters, de Nova York)**

Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 definirá ações que substituirão as Metas do Milênio. Lucas Tolentino – Site do MMA. 26/09/2012

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, será a única brasileira a integrar o Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. A nomeação foi feita pelo secretário-geral das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, em meio à Assembleia Geral da entidade, que ocorre nesta semana em Nova York. A promoção do desenvolvimento aliado à sustentabilidade está entre as principais funções do grupo.

O painel concentra 26 pessoas notáveis de todo o mundo, entre governantes, empresários, pesquisadores e integrantes da sociedade civil. A equipe discutirá ações para serem seguidas pelos países depois de 2015, quando se encerrará o prazo estabelecido pelas Metas de Desenvolvimento do Milênio. Os trabalhos serão feitos em parceria com o grupo intergovernamental criado pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada, em junho, no Rio de Janeiro.

DESAFIOS

Paralelamente à Assembleia-Geral, Izabella Teixeira e os demais membros se encontraram pela primeira vez para a reunião inaugural do grupo. De acordo com ela, os desafios são estimular a economia verde depois de 2015 e avançar nos resultados da Rio+20. "A Rio+20 reafirmou a visão sobre desenvolvimento sustentável num mundo que precisa caminhar para a paz e fortalecer os ambientes de negociação e diálogo no multilateralismo", defendeu a ministra.

A chefia do Painel de Alto Nível será dividida entre os presidentes da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, e da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, e o primeiro-ministro do Reino Unido, David Cameron. Izabella foi designada para integrar o grupo no lugar da presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Vanessa Petrelli, que pediu demissão do posto.

Na ONU, Dilma defende medidas "legítimas" de defesa comercial. Alex Ribeiro – Valor Econômico. 26/09/2012

Crítico ferrenho do protecionismo cambial das economias avançadas, o Brasil se vê agora na desconfortável situação de justificar as suas próprias ações. Ontem, no discurso feito na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a presidente Dilma Rousseff rechaçou as acusações de que o Brasil está colocando barreiras ilegítimas à competição estrangeira.

"Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas de protecionismo", afirmou a presidente, fazendo o discurso de abertura da reunião, que tradicionalmente cabe a um brasileiro.



O Brasil tem sido acusado por países desenvolvidos, de forma crescente, de protecionismo comercial. A mais recente reclamação foi feita pelo representante comercial americano, Ron Kirk, em carta ao ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, referindo-se aos movimentos do Brasil para aumentar tarifas de importação de centenas de produtos. "O aumento de tarifas pelo Brasil claramente representa uma medida protecionista", afirma Kirk na carta entregue ao Itamaraty na semana passada, que recebeu uma dura resposta das autoridades brasileiras.

Em seu discurso na ONU, Dilma não citou a polêmica em torno do aumento de tarifas. Mas se referiu a ele de forma indireta, ao defender a tese de que as ações dos emergentes não se constituem protecionismo, e sim legítima defesa comercial, porque estão amparadas pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). A presidente afirmou, no discurso, que "o protecionismo e todas as formas de manipulação do comércio devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta".

As acusações de protecionismo enfraquecem o discurso feito pelo Brasil até aqui de que é uma das principais vítimas das chamada "guerra cambial", uma expressão usada há dois anos pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, para denunciar a competição comercial desleal produzida pela manipulação cambial por países emergentes e desenvolvidos.

Há pelo menos duas facetas da chamada guerra cambial. Uma é a subvalorização de moedas asiáticas, sobretudo da China, por meio de pesadas intervenções no mercado de câmbio. A outra faceta são as políticas monetárias extremamente relaxadas de economias desenvolvidas, que ampliam a liquidez no mercado internacional e levam à perda de valor de moedas fortes como o dólar e o iene japonês.

Na ONU, Dilma concentrou sua artilharia nos países desenvolvidos. "Os bancos centrais de países desenvolvidos persistem em uma política monetária expansionista, que desequilibra as taxas de câmbio", afirmou. "Com isso, os países emergentes perdem mercado, devido à valorização artificial de suas moedas."

Dilma levantou a bandeira da guerra cambial também no seu discurso do ano passado e, desta vez, esperava-se que ela subisse um pouco o tom, usando expressões mais duras, como chamar os baixos juros e a emissão de moedas de economias desenvolvidas de "tsunami monetário".

Ela, no entanto, fez um discurso mais técnico, mostrando que a rápida consolidação fiscal em alguns países avançados causa desaceleração econômica, deixando nas mãos dos bancos centrais a tarefa de superdosar a política monetária para estimular a atividade.

Dilma defendeu que organismos multilaterais, como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial assumam a tarefa de coordenar a ação monetária e fiscal de seus membros, como forma de impedir o aprofundamento da recessão e de controlar a chamada guerra cambial.

Na entrevista coletiva que concedeu no hotel St. Regis, onde está hospedada, depois de seu discurso na ONU, Dilma afirmou que o Brasil teve que se defender da chamada guerra cambial por meio de uma adoção de um novo mix de juros e câmbio. "Tivemos que procurar nos defender", afirmou a presidente. "Nós mudamos o mix câmbio-juros", afirmou

Ela não detalhou o que seria esse novo mix de juros e câmbio. Nos últimos meses, porém, o governo impôs medidas de controles de capitais, e o Banco Central passou a atuar mais forte no mercado cambial, levando à desvalorização do real, ao mesmo tempo em que reduzia os juros básicos da economia para os menores níveis da história.

Dilma falou da atitude "defensiva" brasileira ao descrever a chamada guerra cambial e ao propor que os países adotem um novo pacto de crescimento, dois temas preponderantes em seu discurso na abertura da ONU.

Didaticamente, explicou que a maciça expansão monetária feita por países desenvolvidos está levando à desvalorização de suas moedas e à valorização da taxa de câmbio dos países emergentes. "A moeda desvalorizada é um dos mais conhecidos instrumentos de competição internacional", disse ela para os jornalistas. "Apesar de não estar previsto [nas regras comerciais internacionais] como um elemento artificial de concorrência, é um elemento artificial de concorrência", afirmou.

A presidente brasileira rechaçou as acusações de que o Brasil está caminhando para o protecionismo. Dilma citou um ranking recente divulgado pela Global Trade Alert que mostra que o Brasil impõe menos medidas classificadas como protecionistas do que outros países ocidentais e que, quando consideradas as medidas de liberalização, o país aparece como um dos que menos fecharam sua economia.

"Os países deveriam formar um novo pacto em vez de apontar o dedo uns para os outros", disse. Segundo ela, os países deveriam encontrar políticas de recuperação que, quando adotadas, não atinjam uns aos outros.

Dilma informou aos jornalistas que o acordo para a compra de aviões da Embraer foi um dos temas discutidos em telefonema com o primeiro-ministro da Turquia, Recep Erdogan. Questionada se houve avanços na negociação, ela disse que "sim". "Agora está naquela fase de discutir os preços", disse a presidente, sem fornecer mais detalhes. Além de Embraer, outro tema discutido com o primeiro-ministro turco foi a crise da Síria. Segundo ela, o Irã não foi tema de discussão.

A presidente negou que tenha discutido um acordo de livre comércio em reunião na segunda-feira com o presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. "Acordo de livre comércio seria um tema do Mercosul", disse, procurando deixar claro que não está atropelando os demais membros do bloco econômico regional.

Na segunda-feira, o ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, havia sugerido que a conversa de Dilma com Durão foi para retomar as negociações de livre comércio entre União Europeia e Mercosul. "Vamos tentar agendar uma reunião negociadora do acordo birregional entre Mercosul e União Europeia no mês de outubro. E deverá ser organizada uma reunião de cúpula entre Brasil e União Europeia, um compromisso anual que a princípio fica para janeiro de 2013", disse Patriota. Apesar de negar negociações para esse acordo de livre comércio, Dilma destacou a importância de aprofundar as relações comerciais entre o Brasil e a Europa.

A reação entreguista interna ao pronunciamento de Dilma na ONU. J. Carlos de Assis – Carta Maior. 26/09/2012

É repulsiva a tentativa dos dois principais comentaristas de noticiários da Globo, Carlos Sardenberg, na economia, e Arnaldo Jabor, na política, de enxovalhar cada um dos pronunciamentos da Presidenta Dilma Rousseff, inclusive o recente discurso na ONU. Sabemos que falam para um público específico, os inconformados com o

exercício do poder pelo PT, mas se tratando de um órgão de comunicação de massa era de se esperar algum pudor. O artigo é de J. Carlos de Assis.

É repulsiva a tentativa dos dois principais comentaristas de noticiários da Globo, Carlos Sardenberg, na economia, e Arnaldo Jabor, na política, de enxovalhar cada um dos pronunciamentos da Presidenta Dilma Roussef, inclusive o recente discurso na ONU. Sabemos que eles falam para um público muito específico, os inconformados com o exercício do poder pelo PT, mas se tratando de um órgão de comunicação de massa era de se esperar algum pudor, mesmo porque a esmagadora maioria da opinião pública apoia Dilma

Jabor não me incomoda muito: é um retórico vulgar mais obcecado pelo efeito das palavras do que pelo seu significado. Ouvindo-o, temos a sensação de que o que está errado com a política externa brasileira é não declararmos logo guerra ao Irã. Sardenberg é mais insidioso. Manipula a ideologia econômica de um jeito maneiroso, próprio de todo difusor ideológico, que transforma as vítimas das políticas econômicas regressivas em culpados, recobrando muito manhosamente a responsabilidade dos ricos.

Para entender a extensão na qual Sardenberg, como homem de frente da Globo, faz o jogo entreguista cumpre entender alguns elementos básicos de economia política que ele deliberadamente omite em seus comentários. Não existe uma receita única contra a recessão e a depressão econômica. Há um conjunto delas. Três são bem conhecidas: a política cambial, a política monetária e a política fiscal. Todas visam ao mesmo objetivo: recuperar a demanda interna, favorecer o investimento e estimular o emprego, gerando um círculo virtuoso de crescimento.

Contudo, essas políticas não são neutras do ponto de vista distributivo. A política fiscal certamente favorece a distribuição da riqueza e da renda, sobretudo quando o gasto público é financiado por aumento da dívida e aplicado em setores de interesse social. Sim, porque se o gasto público, numa recessão, for financiado por receita fiscal, estamos diante de um jogo de soma zero: tiram-se recursos do setor privado que são repassados ao setor público e que por sua vez voltam ao setor privado, sem gerar necessariamente aumento líquido da demanda agregada.

A política monetária é concentradora de renda. Sim, porque quando os bancos centrais emitem dinheiro e o tornam disponível para os bancos privados, a custo baixo, os favorecidos são os tomadores últimos dos recursos – sem falar nos intermediários bancários –, que só têm acesso a esse dinheiro se oferecerem garantias para seus empréstimos. Quem pode oferecer garantias senão os que têm renda alta e patrimônio? Por certo alguns consumidores se beneficiarão do crédito mais barato, mas trata-se de uma proporção pequena da economia. Em qualquer hipótese, pagarão juros aos bancos, concentrando renda.

A política cambial geralmente adotada na recessão é a desvalorização da moeda nacional de forma a estimular as exportações. É o que os Estados Unidos estão fazendo. O pressuposto é que o aumento das exportações leva ao aumento da atividade econômica interna e do emprego, gerando, também aqui, um efeito virtuoso de retomada de crescimento. O Japão tem procurado desvalorizar a sua moeda e a Europa provavelmente seguirá o mesmo caminho, pelo menos enquanto não mudar sua política

econômica, o que é muito pouco provável a curto e médio prazos, por razões basicamente políticas.

Agora, vejamos o discurso de Dilma na ONU. Ela criticou duramente a política do Fed, banco central americano, por inundar o mercado de dinheiro e forçar a desvalorização do dólar. Sardenberg se apressou a apoiar a posição americana contra Dilma. Recorreu a uma citação de Paul Krugman, um dos mais notáveis economistas americanos, segundo o qual, nas suas palavras, a posição da Presidente não se justificava por se tratar de uma iniciativa do Governo americano de fazer retomar a economia do país.

Bem, essa citação de Krugman é falsa, ou ao menos incompleta. O que Krugman diz é o seguinte: numa recessão, deve-se adotar, de preferência, uma política fiscal expansiva. Na falta dela, deve-se apoiar a iniciativa monetária como último recurso. Assim, traduzindo em miúdos, o recado que a Presidenta deu na ONU foi o seguinte: vocês, os países ricos, estão mergulhando o mundo no caos econômico e financeiro por se recusarem a fazer políticas fiscais expansivas. E como seu sistema político incompetente não é capaz de gerar essas políticas, nos impõem políticas regressivas no campo monetário. Desculpem, mas não temos alternativa a não ser levantar barreiras comerciais contra os seus produtos, na medida em que suas políticas monetárias e cambiais, desvalorizando suas moedas, pretendem inundar nossos mercados de manufaturados, liquidando nosso parque produtivo. Não aceitaremos isso. O nosso dever é proteger nosso mercado de trabalho.

Reunião discutirá caminhos de diálogo sobre as novas tecnologias em mitigação e adaptação da agricultura às mudanças climáticas. Sophia Gebrim – Site do MMA. 26/09/2012

Agricultura, clima e sustentabilidade serão discutidos nesta quinta e sexta-feira (27 e 28), em Santiago (Chile), no 3º Seminário Regional de Agricultura e Mudança Climática. O encontro, promovido pela Divisão de Desenvolvimento Agrícola Produtivo e Empresarial da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Brasil (FAO) e governo francês irá analisar e criar caminhos de diálogo sobre as novas tecnologias em mitigação e adaptação da agricultura às mudanças climáticas.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Cabral, representa a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na reunião. O secretário adianta parte do que será apresentado no painel “Rio+20 e a necessidade de novas políticas para enfrentar as mudanças climáticas na agricultura”, na manhã desta quinta (27).

Segundo ele, o relatório final da Rio+20 traz como urgente a adoção de ações que visem o desenvolvimento sustentável, indicando a necessidade de promover agricultura sustentável de modo a aumentar a segurança alimentar e erradicar a fome, tornando-a economicamente viável ao mesmo tempo em que preserve os recursos ambientais e amplie a resiliência à mudança do clima e aos desastres naturais.

MERCADOS

“Dessa forma, o relatório propõe fortalecer a agricultura sustentável aprimorando o funcionamento dos mercados e fortalecendo a cooperação internacional, particularmente para países em desenvolvimento, ampliando o financiamento público e privado”, diz o secretário. O relatório propõe, também, ações para melhorar a pesquisa agropecuária, os serviços de extensão, treinamento e educação para aumentar a produtividade agrícola e a sustentabilidade por meio do intercâmbio voluntário de informações e boas práticas.

Questionado sobre a sua visão sobre a temática agrícola e mudanças climáticas, Cabral reforça que não há mais espaço para dissociar o desenvolvimento sem a integração da visão econômica com a justiça social e sustentabilidade ambiental. “É urgente a adoção de medidas para a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades, porém com a correção dos padrões insustentáveis de produção e consumo”, salienta. Para ele, nesse contexto, é inadmissível o planejamento econômico e a instituição de qualquer política pública sem considerar as vertentes social e ambiental, como a inclusão social e a valoração das externalidades ambientais.

Discussões sobre o potencial da nanotecnologia na produção agrícola e agricultura de precisão (técnica avançada que busca a sustentabilidade no campo), além de casos de sucesso de eficiência energética no modelo agrícola francês também fazem parte da agenda do 3º Seminário Regional de Agricultura e Mudança Climática.

ESTAÇÕES

Além disso, representantes do governo do México demonstrarão o funcionamento da Rede Nacional de Estações Agroclimáticas, composta por 925 estações distribuídas em 25 estados, com monitoramento do clima e processos agrícolas. Líderes da Colômbia irão abordar, ainda, a Rede de Mudanças Climáticas Colombiana e o governo do Chile a Rede Meteorológica Agroclima.

Além de experiências e do relatório da Rio+20 o governo brasileiro apresentará políticas públicas de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, como o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS) e o Programa Bolsa Verde, ações essas que buscam a conciliação da preservação com produção por meio do extrativismo sustentável, garantindo alternativas de geração de renda para as comunidades rurais.

Presidente brasileira critica possível intervenção militar no Oriente Médio. Leôncio Nossa – O Estado de São Paulo. 26/9/2012

A presidente Dilma Rousseff apresentou na manhã de ontem divergências acentuadas em relação ao discurso do presidente dos EUA, Barack Obama. Ao abrir a 67.^a Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, ela apontou "ilegalidade" nas coalizões lideradas pelo governo americano sem participação do Conselho de Segurança da ONU e no apoio logístico e militar à oposição na Síria.

"Não há solução militar para a crise na Síria. A diplomacia e o diálogo são, não só a melhor, mas a única opção", afirmou. "O uso da força sem autorização do Conselho de

Segurança é uma ilegalidade clara que vem ganhando ares de opção aceitável." No discurso de 24 minutos, ela avaliou que o Conselho de Segurança da ONU acompanha "imóvel" as intervenções dos EUA no Oriente Médio. "Não podemos permitir que esse conselho seja substituído, como vem ocorrendo, por coalizões que se formam à sua revelia, fora de seu controle e à margem do direito internacional."

Dilma afirmou que o mundo assiste "consternado" à evolução da "gravíssima" situação da Síria e a atacou o regime de Bashar Assad. "O Brasil condena, nos mais fortes termos, a violência que continua a ceifar vidas nesse país. A Síria produz um drama humanitário de grandes proporções", disse. "Recai sobre o governo de Damasco a maior parte da responsabilidade pelo ciclo de violência que tem vitimado o grande número de civis, sobretudo mulheres, crianças e jovens", completou. "Mas, sabemos também da responsabilidade das oposições armadas, especialmente daquelas que contam crescentemente com apoio militar e logístico estrangeiro."

Dilma expôs sua posição contra intervenções dos EUA no Oriente Médio. E reiterou que ações extremistas não justificam preconceito contra a comunidade islâmica. "Como presidente de um país no qual vivem milhares e milhares de brasileiros de confissão islâmica, registro nesse plenário nosso mais veemente repúdio à escalada de preconceito islamofóbico em países ocidentais." A presidente lamentou a morte do embaixador dos EUA Christopher Stevens e três diplomatas em Benghazi. "Com a mesma veemência repudiamos os atos de terrorismo que vitimaram diplomatas americanos na Líbia", disse.

O discurso de Dilma sobre o Oriente Médio não alterou as posições dos membros influentes da ONU, mas agitou a plateia. O pronunciamento da presidente em relação à Síria arrancou aplausos em dois momentos. Ela também foi aplaudida, pela terceira vez, ao defender um assento da Palestina como membro pleno da ONU.

Uma parte do plenário ensaiou uma quarta rodada de aplausos quando a presidente citou a "imobilidade" do Conselho de Segurança da ONU diante de intervenções militares de países desenvolvidos em áreas de conflito.

As críticas de Dilma à política internacional americana evitaram que o discurso passasse despercebido. Diplomatas da ONU não demonstraram tanta atenção quando ela abordou a crise econômica, um programa de redução de violência no trânsito, o desmatamento na Amazônia, o embargo comercial enfrentado por Cuba e melhorias sociais no Mercosul e decidiu promover os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014.

Depois do discurso e dos cumprimentos do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, Dilma se juntou na plateia à bancada brasileira. Ao lado de Marco Aurélio Garcia, assessor especial, e do ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, ela acompanhou todo o discurso de Obama. Após o almoço, em conversa com jornalistas, ela minimizou as divergências de discursos. "E daí?", perguntou. "Cada um tem direito a ter uma posição. Ele tem a dele. Eu tenho a minha."

Dilma critica os EUA e nega acusações de protecionismo. Raul Juste Lores – Folha de São Paulo. 26/09/2012

Discurso da presidente na ONU faz referência direta a ação do BC americano. Mandatária brasileira defende diálogo na Síria, vê 'islamofobia' no Ocidente e volta a atacar embargo a Cuba.

Em um discurso com várias alfinetadas aos EUA, a presidente Dilma Rousseff criticou a estratégia do Banco Central americano de ampliar a circulação da moeda como medida anticrise, o embargo a Cuba, políticas "neocolonialistas" e fez referência à "legítima defesa comercial" na Assembleia-Geral da ONU.

Disse ainda que só "diplomacia e diálogo" podem colocar fim à violência na Síria.

Sua fala, focada na crise e sugerindo um pacto fiscal global pelo crescimento, fez referências diretas à injeção de dinheiro feita pelo BC dos EUA e à crítica americana ao "protecionismo brasileiro".

O Brasil faz o discurso de abertura da reunião anual da Assembleia-Geral da ONU desde que Oswaldo Aranha iniciou a tradição, em 1947.

Em entrevista, Dilma disse que "moeda desvalorizada é dos mais conhecidos mecanismos de competição" e que o "dinheiro expandido" (compra de títulos pelos EUA, injetando "o equivalente a um PIB do Brasil" em dólares no mercado, segundo Dilma) "não vira investimento".

"Quando nosso mix de juros e câmbio era atraente, vinha esse 'hot money' [dinheiro quente] para o Brasil. Não era investimento, vinha apenas para o mercado financeiro", afirmou. O excesso de dólar no mercado sobrevaloriza o real artificialmente e encarece as exportações do país.

"Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo", disse.

A presidente celebrou o crescimento brasileiro e criticou ações de austeridade de países desenvolvidos. Voltou a defender o reconhecimento da Palestina como membro pleno da ONU e a reforma do Conselho de Segurança -pedido antigo do Brasil.

"Não vejo sinais de avanço na reforma da ONU, mas caminhamos para um mundo multipolar. Quando a realidade se impõe, a mudança é inexorável", disse Dilma.

A presidente declarou ainda que condena a violência na Síria e atribuiu a "maior parte da responsabilidade" ao governo, mas também culpou as "oposições armadas". Apontou, ainda, "islamofobia" crescente no Ocidente.

No discurso de 25 minutos, menos aplaudido que o do ano passado, ela também falou de Olimpíada e Copa no Brasil, da Rio+20 e de Cuba, "país-irmão" -que segundo ela "atualiza" seu modelo econômico, mas é prejudicado pelo "embargo que há décadas golpeia a população".

Dilma foi sucedida na tribuna por Barack Obama; eles se cumprimentaram e perguntaram um ao outro sobre suas famílias. Mas não houve reunião, que chegou a ser confirmada por um assessor da Presidência brasileira à Folha na semana passada.

Ela ainda falou com os presidentes do Egito e da Indonésia e, à noite, recebeu em seu hotel a visita do ex-presidente dos EUA Bill Clinton.

Clinton, que disse "amar" o Brasil, afirmou ter tratado de economia com Dilma, elogiou o trabalho brasileiro no Haiti e disse que quer levar sua ONG Clinton Global Initiative ao Brasil em 2013.

Na ONU, Dilma critica políticas dos países ricos e 'todas as formas de manipulação do comércio' - O Estado de São Paulo. 26/9/2012

A presidente Dilma Rousseff aproveitou a presença do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) para rebater as acusações de que o Brasil estaria adotando medidas protecionistas. Ela classificou de "espúria e fraudulenta" a vantagem comercial obtida por meio dessa e de "todas as formas de manipulação do comércio".

Pouco antes dessa afirmação, ela havia atacado a forma como os países ricos têm tentado enfrentar a crise, pelo fato de ela prejudicar as exportações de países como o Brasil pela fixação de uma taxa de câmbio artificial.

"Os bancos centrais dos países desenvolvidos persistem em uma política monetária expansionista, que desequilibra as taxas de câmbio", afirmou. "Com isso, os países emergentes perdem mercado, devido à valorização artificial de suas moedas, o que agrava ainda mais o quadro recessivo global."

A fala de Dilma se segue a uma dura troca de cartas entre Brasil e Estados Unidos. Na semana passada, o representante de Comércio dos EUA, Ron Kirk, escreveu criticando a decisão brasileira de elevar a tarifa de importação de 100 produtos, classificando a medida de "protecionista". Em resposta, o chanceler Antônio de Aguiar Patriota afirmou que a medida está de acordo com normas internacionais.

Essa linha foi reiterada ontem por Dilma. "Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo", disse. "Devemos lembrar que a 'legítima defesa comercial' está amparada pelas normas da Organização Mundial do Comércio." Depois do discurso, Dilma deixou a tribuna e foi para a parte de trás do plenário da ONU. Lá, encontrou Obama. O contato não passou de um cumprimento formal.

Balanço. Na segunda visita às Nações Unidas, a presidente se queixou de que, ao retornar à tribuna um ano depois, as principais lideranças mundiais - uma referência ao governo dos Estados Unidos e à Comunidade Europeia - continuam apostando em medidas fiscais que não estimulam o crescimento.

Para um plenário que aguardava com ansiedade o debate sobre a crise no Oriente Médio, Dilma Rousseff gastou boa parte dos 24 minutos de discurso para reafirmar a

posição brasileira de defesa do multilateralismo e de maior coordenação dos fóruns mundiais para frear as "políticas ortodoxas" adotadas pelos países desenvolvidos, que, segundo ela, agravaram a crise econômica iniciada em 2008, com repercussão nos países emergentes.

Ela fez um balanço dos esforços brasileiros para garantir o crescimento. "Fomos impactados pela crise. Mas, apesar da redução conjuntural do nosso crescimento, estamos mantendo o nível de emprego em patamares extremamente elevados."

Protecionismo do Brasil trará custos no longo prazo. Rodrigo Russo – Folha de São Paulo. 27/09/2012

Premiê britânico, que chega hoje a SP, afirma que quer mais negócios com os brasileiros e defende 'menos Europa' para solucionar crise

David Cameron, premiê do Reino Unido, chega hoje ao Brasil com uma mensagem à presidente Dilma Rousseff: "Tentar isolar e proteger a indústria da concorrência pode trazer benefícios para a indústria doméstica, mas tem custos a longo prazo e impede o desenvolvimento de uma base industrial verdadeiramente competitiva e inovadora".

O primeiro-ministro aceitou responder por escrito a cinco perguntas enviadas pela Folha antes de sua visita ao país, que começa em São Paulo.

Além das críticas ao protecionismo brasileiro, Cameron prometeu ampliar o comércio com o país e comentou a relação Reino Unido-União Europeia -na contramão de outras autoridades da área, defendeu a ideia de "menos Europa" para seu país sair da crise.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista.

Folha - O Brasil não é um dos grandes parceiros comerciais do Reino Unido. Qual o impacto que o sr. espera para essa visita? Conquistar parceiros numa economia cujo PIB já é maior que o britânico?

David Cameron - Uma das principais prioridades do meu governo é vincular o Reino Unido às economias de crescimento mais rápido no mundo, a fim de estimular a prosperidade em casa. Um comércio forte ajudará nossos países a enfrentarem as tempestades econômicas e se recuperarem desse período turbulento -mas, para ser franco, o Brasil é um país onde o Reino Unido não aproveitou as oportunidades no passado. Temos duas das maiores economias do globo e tradições de comércio com parceiros por todo o mundo. Mesmo assim, nossa relação bilateral tem tido um desempenho baixo. Por exemplo, o Reino Unido corresponde a apenas 1,5% das importações do Brasil; a Alemanha corresponde a 6,4%. É isso que estamos determinados a mudar. E estamos progredindo. Houve 17 visitas ministeriais desde que tomamos posse, e as exportações do Reino Unido para o Brasil subiram 24% neste ano. Mas temos mais trabalho a fazer, e é por isso que estou aqui. Quero mostrar o que o Reino Unido tem a oferecer: expertise em alguns dos setores de importação mais importantes no Brasil, como energia e ciências biológicas; os serviços

que podemos oferecer em educação, ciência, inovação e capacitação; e o excelente ambiente de negócios que temos a oferecer para investidores em potencial. Estamos retirando todas as barreiras para transformar o Reino Unido no melhor lugar para começar e desenvolver um negócio -cortando impostos sobre sociedades para a menor taxa do G7, dando incentivos fiscais generosos a investimentos em estágio inicial e vistos de negócios para que os mais brilhantes se estabeleçam no Reino Unido. Somos o lar da maior comunidade de capital de risco da Europa. E, como membro da União Europeia, temos acesso a um dos maiores mercados comuns do mundo, com 500 milhões de consumidores à nossa porta. Começarei minha visita por São Paulo, onde me reunirei com muitas grandes empresas brasileiras. Espero poder convencê-las de que somos um país com quem vale a pena fazer negócios.

O setor automotivo britânico é o responsável pelas maiores exportações ao Brasil. De que modo seu governo avalia o aumento do protecionismo brasileiro às montadoras e como espera solucionar o conflito?

Acredito firmemente que estimular o comércio é essencial para mover os motores da economia mundial novamente. Não devemos prolongar a retração econômica nos isolando em casa e colocando barreiras protecionistas. Em vez disso, precisamos quebrá-las para estimular empregos, crescimento e prosperidade. É por isso que venho pedindo mais acordos regionais de comércio, como o firmado entre União Europeia e Mercosul, o qual trará benefícios tanto para o Reino Unido como para o Brasil. Obviamente, o setor automotivo é uma história de sucesso do Reino Unido. Hoje fabricamos e exportamos mais carros que em qualquer período da história, e as exportações a mercados emergentes têm sido parte importante desse sucesso. E queremos repetir isso no Brasil. A lição que aprendemos é que os negócios prosperam quando há um ambiente de negócios estável, consistente e transparente. Decisões de investimento de longo prazo são extremamente complexas. As empresas precisam de clareza, confiança e certeza de que suas decisões sobre investimentos são bem fundamentadas. Tentar isolar e proteger a indústria da concorrência pode beneficiar a indústria doméstica, mas tem custos a longo prazo e impede o desenvolvimento de uma base industrial verdadeiramente competitiva e inovadora. Essa será minha mensagem à presidente Dilma hoje.

O senhor foi um dos dois únicos governantes da União Europeia que vetaram o chamado pacto fiscal europeu. De que forma avalia a relação britânica com a União Europeia?

Acredito que o Reino Unido deve estar na União Europeia e que fazer parte do maior mercado comum do mundo, com mais de meio bilhão de clientes, é vital para o nosso interesse nacional. Mas a Europa está mudando de forma rápida e fundamental para enfrentar os desafios da crise. Os países que compartilham o euro têm de fazer mais para se integrar e para dar aos outros, como o Reino Unido, chances de realizar suas próprias agendas. Devemos usar a oportunidade para remodelar a participação do Reino Unido na União

Europeia, de forma que impulse nosso interesse em livre-comércio, livres mercados e cooperação. Creio que isso significa menos Europa, não mais Europa; menos custos, menos burocracia, menos regulação. Mas a prioridade imediata é que a eurozona lide com a instabilidade do mercado e restabeleça a confiança. Eles tiveram algum progresso nas últimas semanas, mas, a longo prazo, é evidente que a área do euro, como qualquer moeda comum, precisa de uma integração econômica e fiscal mais estreita para assegurar seu futuro.

Diversos analistas mostram-se intrigados com a economia do Reino Unido, que experimenta o segundo mergulho na recessão, mas segue observando aumento no número de pessoas empregadas. Como o senhor avalia esse fenômeno?

O país tem lidado com alguns problemas bem enraizados em casa e com uma crise da dívida pública bem séria no exterior, e é por isso que fazer com que nossa economia cresça está provando ser um processo lento e difícil. Quando este governo tomou posse, em 2010, tínhamos o maior déficit orçamentário em tempos de paz; uma dívida pública que dobrou para mais de 1 trilhão de libras (R\$ 3,3 tri); e uma economia altamente desequilibrada, muito dependente dos setores bancário e financeiro.

Mas, crucialmente, estamos fazendo tudo que podemos para movimentar a economia. Após dois anos, o déficit diminuiu, a inflação recuou e mais de 1 milhão de empregos adicionais no setor privado foram criados. E o emprego no Reino Unido, até agora, tem permanecido mais forte do que muitos analistas esperavam. É uma prova do alto nível de capacidade da mão de obra britânica e da abordagem flexível adotada pelos trabalhadores e empresas do país, de trabalho conjunto para responder à crise da dívida pública. Portanto, confio em que, como o presidente do banco central do Reino Unido disse, a queda nos números de desemprego mostra que a economia está se curando aos poucos, com muitas das condições para a recuperação sendo colocadas em prática. Mas esse será um processo lento e difícil. É por isso que estou fazendo tudo que posso para impulsionar o comércio, como trazer para o Brasil a maior delegação britânica de negócios já vista, para que possamos trabalhar juntos para gerar prosperidade -tanto para o Brasil quanto para cidadãos britânicos.

O senhor teve de formar a primeira coalizão de governo desde a Segunda Guerra para chegar ao cargo de premiê. Agora vê a popularidade do prefeito de Londres, Boris Johnson, ser maior do que a do senhor e rumores de que ele pode ser o candidato conservador na próxima eleição. Sente-se ameaçado no cargo?

De modo algum. Boris é grande amigo meu há muito tempo e um prefeito de primeira classe. Temos muita sorte de ter tantos grandes nomes em nosso partido, mas Boris ainda tem muito trabalho a fazer como prefeito, e eu como premiê. É verdade que herdamos uma bagunça econômica quando tomamos posse há dois anos, mas estamos progredindo na arrumação dela. Diminuímos o déficit do Reino Unido em um quarto nos últimos dois anos, na medida em que buscamos estabilizar as finanças públicas e, ao mesmo tempo, tomamos medidas para incentivar empresas a investirem no país. Coalizões são relativamente incomuns no Reino Unido, mas as eleições de 2010 não

produziram resultado decisivo para um partido. Portanto, foi a decisão certa nos unirmos aos Liberais Democratas para formar um governo que nos ajudasse a superar essa fase difícil da economia.

Dilma cobra pacto anticrise. Fernanda Godoy e Flávia Barbosa – O Globo. 27/09/2012

Na Assembleia Geral, presidente critica ricos e pede ação global para retomar crescimento

A presidente Dilma Rousseff cobrou ontem na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas um pacto global pelo crescimento, com engajamento especial dos países ricos, para que o mundo supere a conjuntura de crise configurada desde 2008, com a quebra do banco americano Lehman Brothers.

Na primeira parte do discurso de 25 minutos, Dilma mais uma vez disparou críticas ao mundo desenvolvido, que segundo ela ainda patina no falso dilema entre políticas de estímulo à economia e austeridade fiscal, com consequências deletérias para as populações desses países e para as nações emergentes. Para Dilma, "é urgente a construção de um amplo pacto pela retomada do crescimento global":

- A consolidação fiscal só é sustentável em um contexto de recuperação da atividade econômica. A história revela que a austeridade, quando exagerada e isolada do crescimento, derrota a si mesma. A opção do Brasil tem sido a de enfrentar simultaneamente esses desafios - afirmou a presidente.

- Superamos a visão incorreta que contrapõe, de um lado, as medidas de incentivo ao crescimento e, de outro, os planos de austeridade. Esse é um falso dilema.

Dilma disse que é preciso fortalecer os mecanismos multilaterais de cooperação, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o G-20 (grupo das 20 maiores economias)

- Essa coordenação deve buscar reconfigurar a relação entre política fiscal e monetária, para impedir o aprofundamento da recessão, controlar a guerra cambial e reestimar a demanda global - disse.

Dilma afirmou que, entre os discursos de setembro de 2011 e de ontem, a crise econômica global ganhou "novos e inquietantes contornos", com a insistência dos países ricos em adotar medidas fiscais recessivas e uma política monetária expansiva. Esta, ao irrigar as economias mais fortes com dinheiro, desequilibra a taxa de câmbio das nações emergentes.

E, quando os emergentes tomam ações de defesa comercial para se salvaguardar, são acusados de protecionistas, criticou Dilma. Na semana passada, o representante de Comércio dos EUA, Ron Kirk, enviou carta ao Itamaraty taxando de protecionismo o aumento na alíquota de importação de cem produtos pelo Brasil. O presidente dos EUA, Barack Obama, estava nos bastidores do plenário da ONU ouvindo o discurso de Dilma, que antecedeu o do americano.

- Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo. Devemos lembrar que a legítima defesa comercial está amparada pelas normas da Organização Mundial do Comércio - defendeu Dilma.

Para a presidente, o aumento artificial de competitividade - uma referência às políticas monetárias expansivas de EUA, China e integrantes da zona do euro - é que deve ser eliminado:

- O protecionismo e todas as formas de manipulação do comércio devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta.

Mais tarde, em entrevista coletiva, Dilma reiterou seu recado aos países ricos:

- Não adianta nada ficar fazendo classificação (sobre quem é ou não protecionista). O que adianta é que tenhamos uma compreensão de que, desta situação (de crise), todos sofremos as consequências.

Brasil é um dos maiores apoiadores da agricultura familiar na América Latina e Caribe. Site do MDA. 28/09/2012

Os agricultores familiares Adriano (Rio de Janeiro), Maria Dilma (Ceará), Ezequiel (Rio Grande do Sul) e João Batista (Pará) são exemplos de como os programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) podem fazer a diferença. Eles protagonizam histórias distintas, mas com uma comprovação feita pelo primeiro Boletim da Agricultura Familiar da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO): o Brasil está entre os países da América Latina e Caribe que mais apoiam a agricultura familiar.

De acordo com o Censo Agropecuário mais recente, lançado pelo MDA em 2006, existem cerca de quatro milhões de estabelecimentos de agricultores familiares em todo o Brasil, o que representa 84% das propriedades rurais do País. Da produção brasileira total de alimentos, a agricultura familiar é responsável por 70%. “O governo brasileiro, principalmente nos últimos dez anos, tem consolidado um conjunto importante de políticas em apoio à agricultura familiar, com ações que incluem os programas do ministério. Dados como esses mostram que temos resultados, que há uma dinâmica muito grande nesse Brasil rural”, afirmou o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

O setor agrícola é responsável por 38% do valor bruto da produção de alimentos, o que gerou, em 2006, cerca de R\$ 54 milhões. Além disso, mais de 74% dos empregos no campo são provenientes da agricultura familiar. “É crescente o valor bruto da produção agropecuária, graças a esse apoio e à força da agricultura familiar”, reforçou o secretário.

O boletim, esclarece o representante regional da FAO, Raul Benitez, no editorial, pretende divulgar informações sobre a agricultura familiar na América Latina e Caribe, por meio de entrevistas e sistematização de informações sobre a realidade dos agricultores na região. “Além de sua importância como fornecedora de alimentos para

as cidades, geradora de emprego agrícola e fonte de renda para os mais pobres, a agricultura familiar contribui para o desenvolvimento regional equilibrado das comunidades rurais”, aponta Benitez.

Programas

Maria Dilma Custódio de Araújo, por exemplo, tirou, pela primeira vez, sua carteira de trabalho e previdência social (CTPS), pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que leva às mulheres do campo uma oportunidade de emitir sua documentação de maneira gratuita. “Chegou a minha vez de tirar o documento. Realizei um sonho”, disse a agricultora cearense, de Arneiroz.

Já o gaúcho Ezequiel Garske conseguiu investir na modernização de sua propriedade por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Pelo programa de crédito Pronaf Mais Alimentos ele adquiriu máquinas, equipamentos e implementos para melhorar a produção dos sucos de frutas que comercializa nos supermercados locais. Além disso, o agricultor participa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), fornecendo frutas e sucos concentrados para as escolas do seu município, Cachoeira do Sul (RS).

João Batista, por sua vez, é presidente da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), em Altamira (PA), que integra seis cooperativas paraenses. No início deste ano, ele foi à Alemanha representar as cooperativas e apresentar seus produtos na maior feira de orgânicos do mundo, a Biofach. João levou cacau em amêndoas, licor de cacau, manteiga de cacau e cacau em pó e conseguiu fechar negócios internacionais, com o apoio do MDA.

Por fim, o agricultor carioca Adriano produz mel de laranjeira, pólen, própolis e geleia real. Ele participou, este mês, de evento de comemoração dos dez anos do Programa Caras do Brasil, do Grupo Pão de Açúcar, levando o seu Mel de Teresópolis para degustação. Também é beneficiário do Pronaf e do Pnae. Em novembro, Adriano participará da oitava edição da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária da América – Brasil Rural Contemporâneo 2012, na Marina da Glória (RJ).

Agricultura familiar

Pela lei brasileira (11.326/2006) o agricultor familiar é definido como aquele que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. A lei abrange, ainda, silvicultores, quilombolas, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Acordos bilaterais dão partida à interligação na América do Sul. Angela Ferreira – Valor Econômico. 28/09/2012

O Brasil já firmou acordos bilaterais com Uruguai e Argentina para a interconexão de suas redes. A medida faz parte do planejamento do governo brasileiro para o início da implementação da declaração assinada pelos ministros de Comunicações dos países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), que objetiva fomentar a soberania,

independência e identidade dos povos da região, assim como aumentar a capacidade e, em consequência, reduzir os custos das conexões de banda larga.

Para a interconexão à rede uruguaia, está sendo implantada rede até a fronteira com aquele país. Em relação à Argentina, já existe rede na fronteira, mas o governo argentino ainda está expandindo a rede internamente até encontrar a brasileira. "Já possuímos rede na fronteira da Venezuela, mas se trata de um trecho ainda isolado de todo o backbone nacional, que deverá ser interligado até o próximo ano", adianta o diretor de banda larga do Ministério das Comunicações, Artur Coimbra. "Também identificamos pontos de interconexão com outros países, em especial Peru, Bolívia e Paraguai, mas ainda se tratam de propostas, às quais ainda não receberam o aval das respectivas contrapartes", diz.

A declaração é resultado do grupo de trabalho criado em 30 de novembro pelo Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), com a finalidade de estudar e propor alternativas para impulsionar a interconexão das diferentes estruturas e redes de fibra óptica na América do Sul e assim formar a Rede para a Conexão Sul-americana para a Integração. Em março os ministros reuniram-se no Paraguai, e assinaram a declaração que renova o compromisso.

A declaração manifesta apoio a três medidas principais. Em primeiro lugar, a construção de um anel óptico continental, estabelecendo conexões dentro e entre os países sul-americanos. Em segundo lugar, a inclusão, em projetos regionais de integração como corredores viários e linhas de transmissão, da instalação de redes de fibra óptica, tendo em conta a economia de recursos e a sinergia proporcionadas na associação com grandes obras de infraestrutura. E, por último, comprometem-se com ações que incentivem a instalação de centros e redes de distribuição de conteúdos na América do Sul, assim como a geração e difusão de conteúdos locais e regionais, para aumentar a importância relativa do tráfego dentro da região.

Os ministros aprovaram os prazos para a implementação de cada fase do projeto de anel óptico, que deverá ser concluído em três anos. Atualmente, o caminho percorrido pelos dados numa simples conexão à internet é extenso e caro: se um internauta do Brasil acessa um site do Chile, por exemplo, a conexão segue até um servidor nos Estados Unidos, via cabos submarinos, para, então, voltar ao Chile. "Com o anel óptico sul-americano, essa comunicação se estabelecerá diretamente. Além do benefício para a soberania do continente, isso tornará a comunicação entre os países sul-americanos mais rápida e mais barata", explica o diretor. Para Coimbra, o principal obstáculo para a implementação do projeto é manter a articulação política dos diferentes países da América do Sul.

Ucrânia surpreende OMC e quer barrar 350 produtos. Assis Moreira – Valor Econômico. 28/09/2012

A Ucrânia informou à Organização Mundial do Comércio (OMC) que vai elevar as tarifas de importação de mais de 350 produtos além do que é permitido pelos acordos internacionais, na maior ilustração da tendência protecionista que se propaga no mundo.

O Brasil, que recentemente anunciou alta de tarifas de cem produtos, será um dos afetados. A Ucrânia é seu principal mercado para as exportações de carne suína, por exemplo. Suas exportações de carnes e de dezenas de manufaturados deverão ser submetidas a alíquotas mais elevadas para entrar no mercado ucraniano.

Mas a situação é diferente entre a ação dos dois países. Ainda que tenha desagradado aos parceiros comerciais, o Brasil elevou tarifas dentro do limite da OMC.

Principais destinos da car

Vendas no período jan./ago. 2012

Por peso	Toneladas	%
Ucrânia	83.226	
Hong Kong	82.770	
Rússia	81.826	
Angola	26.847	7,30
Cingapura	18.674	5,08

Já a Ucrânia quer romper o limite permitido de suas alíquotas máximas, para ampliar a proteção a seus setores agrícola e industrial. Isso exige uma negociação chamada de "reconsolidação tarifária" no jargão comercial. Mas o normal é um país ir à OMC querendo mudar o teto de uma ou duas tarifas para proteger determinado setor. Esse país sobe a alíquota acima do permitido, e em contrapartida compensa o país exportador com baixa de tarifa de outro produto.

No caso da Ucrânia, as tarifas de importação são baixas e variam de zero a 20%. E o documento que o governo ucraniano levou aos outros 156 membros da OMC, em caráter restrito, surpreendeu pela sua abrangência. São mais de 350 linhas tarifárias, volume tão grande que os parceiros se indagam como o país vai compensar com baixa tarifária em outros produtos.

O governo ucraniano não diz em quanto vai subir as alíquotas. Cobrado, insiste que só dará essa informação na negociação bilateral com os principais parceiros.

Já há um bom tempo a imprensa local falava da demanda de setores da economia para o governo elevar a proteção contra a concorrência estrangeira. A pressão é particularmente forte contra a entrada de carros estrangeiros.

Há ainda um incômodo porque a entrada da Ucrânia na OMC é recente. Ocorreu em 2008, após longas negociações sobre o nível de abertura de seu mercado. Agora, "os ucranianos podem alterar completamente o equilíbrio dos compromissos", diz um delegado.

A ação ucraniana leva os EUA a agir junto com o Brasil, por exemplo, com os dois deixando de lado seus próprios atritos comerciais por causa de elevação tarifária.

"Estamos preocupados, em parte porque a ação da Ucrânia afeta exportações brasileiras, sobretudo na área agrícola, e também pela quantidade de linhas tarifárias apresentadas",

disse o embaixador brasileiro na OMC, Roberto Azevedo. "Isso é um risco grave para o sistema multilateral de comércio."

O embaixador americano na OMC, Michael Punke, chamou a atenção para o estrago ao sistema multilateral se outros países copiarem o exemplo ucraniano.

Brasil, EUA e outras delegações estão discutindo sobre como reagir. Os países têm 90 dias para dizer aos ucranianos o que querem como compensação pela elevação tarifária sobre os seus produtos.

Mas o caso tem dimensão bem mais ampla. Ocorre em meio à degradação da economia internacional e com as exportações e importações globais caindo mais que o previsto. A OMC reviu de 3,7% para 2,5% a expansão do comércio neste ano, uma das piores taxas.